

Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto 2013



Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto 2013

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

---

Rita Isabel Gomes

Projeto de Graduação  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais da Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Licenciatura em Criminologia, sob a  
orientação da Professora Doutora  
Isabel Silva

## **Resumo**

O tema deste projeto está relacionado com a diminuição da Delinquência Juvenil, fenómeno que tem tido uma representação significativa no número de participações efetuadas às forças policiais portuguesas.

Este projeto visa a aplicação de um Programa de Prevenção Comunitária dirigido aos alunos, encarregados de educação respetivos e profissionais da Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima, de modo a ver diminuídos os fatores de risco que poderão conduzir à Delinquência Juvenil, através das atividades propostas.

Este programa terá a duração de um ano letivo e a sua avaliação será efetuada por atividade, em que no final de cada período haverá uma avaliação e mais tarde irá proceder-se a uma análise comparativa dos dados obtidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Delinquência Juvenil; Comportamentos Desviantes; Programa de Prevenção Comunitária.

## **Abstract**

This project's theme is related with Juvenile Delinquency, a phenomenon which has had a significant representation on the holdings number made to the Portuguese police.

This project aims to apply a Community Prevention Program directed to the students, their parents and the professionals of the school E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima, so that we can diminish the risk factors that can lead to Juvenile Delinquency, through the proposed activities.

This program will have the duration of an academic year and it's evaluation will be made by activity, wherein the end of each period there will be an evaluation and afterwards will be made a comparative analysis to the obtained data.

**KEY-WORDS:** Juvenile Delinquency; Deviant Behavior; Community Prevention Program

Dedicatória

À memória da minha Avó

À minha Mãe, a mulher da minha vida

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, tenho a agradecer tudo à grande mulher que é a minha Mãe. Obrigada pelo enorme esforço que fazes todos os dias por mim, por ti, por nós. És o meu maior orgulho e o meu maior exemplo de vida. És sem dúvida alguma, a melhor mãe do mundo. Um muitíssimo obrigada a ti, porque muito deste meu trabalho e do meu percurso de vida se deve a ti.

À Isabel Mateus, pelos quatro anos da minha vida, em que me acompanhou em todas as etapas deste percurso árduo que agora termina, para dar início a um novo percurso. Agradeço-lhe para todo o sempre por todo o carinho; a minha segunda mãe.

Aos meus sogros, Ana e Francisco Soares, e à minha cunhada, Ana Catarina Soares, por estes três anos e pelos mais que virão. Um muito obrigada a vocês por todo o carinho, esforço e dedicação.

À minha orientadora, a Dra. Isabel Silva, que me acompanhou ao longo deste trabalho e que me apoiou sempre que necessário.

À minha coordenadora de estágio, a Dra. Margarida Magalhães, pela excelente pessoa que é, por toda a dedicação, pelo carinho e apoio prestados ao longo do estágio, e que ainda hoje perdura.

À instituição Polícia Municipal do Porto, que me recebeu de braços abertos, me mostrou a sua importância e trabalho desenvolvido junto da população da cidade do Porto. A todos os que constituem esta grande instituição, um muito obrigada.

Aos meus familiares e amigos, que foram e serão sempre um grande apoio e que me acompanharam ao longo deste percurso.

Por último, mas não menos importante, agradeço-te a ti, Marco Soares, por seres o meu pilar em todos os momentos da minha vida. És e serás sempre o Homem da minha vida.



Índice

<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>II. CONCEITO E DIFERENTES PERSPETIVAS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL .....</b>	<b>14</b>
<b>III. TEORIAS EXPLICATIVAS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL.....</b>	<b>16</b>
<b>TEORIA DA ANOMIA .....</b>	<b>16</b>
<b>TEORIA DO CONTROLO SOCIAL .....</b>	<b>17</b>
<b>TEORIA DO LAÇO SOCIAL .....</b>	<b>19</b>
<b>TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL.....</b>	<b>20</b>
<b>IV. MOTIVOS DE PASSAGEM AO ATO.....</b>	<b>20</b>
<b>V. TIPOLOGIAS DE CARREIRA CRIMINAL.....</b>	<b>23</b>
<b>VI. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NA DELINQUÊNCIA JUVENIL .....</b>	<b>24</b>
<b>VII. TIPOS DE PREVENÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>VIII. ENQUADRAMENTO LEGAL .....</b>	<b>28</b>
<b>IX. REVISÃO DE PROGRAMAS/ ANÁLISE CRÍTICA.....</b>	<b>29</b>
<b>X. INCIDÊNCIA DA CRIMINALIDADE JUVENIL EM PORTUGAL .....</b>	<b>33</b>
<b>PARTE II – PARTE EMPÍRICA .....</b>	<b>37</b>
<b>I. ESCOLHA DA PROBLEMÁTICA .....</b>	<b>37</b>
<b>II. AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES E DE RECURSOS .....</b>	<b>38</b>
<b>III. OBJETIVOS.....</b>	<b>39</b>
<b>IV. METODOLOGIA .....</b>	<b>40</b>
<b>V. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA – TAREFAS A REALIZAR .....</b>	<b>41</b>
<b>VI. DURAÇÃO E CONTINUIDADE .....</b>	<b>44</b>
<b>VII. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>VIII. RESULTADOS ESPERADOS/ DISCUSSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>IX. O CONTRIBUTO DO CRIMINÓLOGO.....</b>	<b>47</b>
<b>X. CONCLUSÃO .....</b>	<b>48</b>
<b>XI. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>49</b>
<b>XII. ANEXOS .....</b>	<b>51</b>
ANEXO 1 – CIFRAS NEGRAS .....	52
ANEXO 2 – PROGRAMA BPT, MST E FFT .....	53
ANEXO 3 – PROGRAMA STATUS.....	55
ANEXO 4 – PROGRAMA PATHE .....	56
ANEXO 5 – PROGRAMA SEATTLE SOCIAL DEVELOPMENT PROJECT .....	57
ANEXO 6 – ATIVIDADES DESPORTO ESCOLAR .....	58

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO AOS JOVENS .....	59
ANEXO 8 – QUIÃO DE ENTREVISTA.....	77
ANEXO 9 – AUTORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PARA A DIRECÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO .....	78
ANEXO 10 – AUTORIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PARA A DIRECÇÃO DA ESCOLA.....	79
ANEXO 11 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA A ENTREVISTA .....	80
ANEXO 12 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO.....	81
ANEXO 13 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO DOS JOVENS .....	82
ANEXO 14 – CRONOGRAMA DA TAREFA 1 .....	83
ANEXO 15 – CRONOGRAMA DA TAREFA 2 .....	85
ANEXO 16 – CRONOGRAMA DA TAREFA 3 .....	87
ANEXO 17 – CRONOGRAMA DA TAREFA 5 .....	88

Abreviaturas

DL – Decreto-lei

Art. – Artigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Índice de Quadros

Quadro 1 – Critérios de Diagnóstico de Transtorno de Personalidade Anti-Social.

Quadro 2 – Resumo das características dos Tipos de Delinquência Limitada à Adolescência e Delinquência Persistente ao Longo da Vida (Adaptado de Born, 2003).

Quadro 3 – Número de Participações efetuadas à PSP e GNR (Adaptado de RASI, 2012).

Quadro 4 – Tipologias de Crimes Participados à GNR e PSP no Âmbito de Ilícitos em Ambiente Escolar (Adaptado de RASI, 2012).

Quadro 5 – Recursos Humanos Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima

Quadro 6 – Número de Alunos Por Cada Ano de Escolaridade na Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### I. INTRODUÇÃO

A delinquência juvenil é uma problemática que tem vindo a assumir uma grande importância nas sociedades atuais, principalmente devido à sua incidência nos últimos anos (RASI, 2012).

Do meu ponto de vista, é fulcral uma intervenção precoce nesta problemática, visto que tem vindo a receber uma especial importância de toda a comunidade académica que se dedica ao seu estudo, bem como de cada País, sendo necessário prevenir e reinserir o jovem na sociedade convencional, de modo a que tais comportamentos (delinquentes) não progridam para a vida adulta.

Nos capítulos seguintes serão descritas várias teorias sobre esta temática, bem como os motivos de passagem ao ato, fatores de risco e fatores de proteção, o respetivo enquadramento legal das medidas a utilizar, uma análise cuidada de vários programas de prevenção e intervenção utilizados a nível internacional, nomeadamente nos E.U.A e Reino Unido, uma análise da incidência da criminalidade juvenil em Portugal, realizada no ano de 2012, e na segunda parte deste trabalho, apresentamos uma proposta de programa de prevenção comunitária.

Os principais objetivos deste trabalho são diminuir o absentismo e abandono escolar (fatores de risco para a delinquência juvenil), bem como construir um programa que proporcione aos jovens alternativas à delinquência juvenil como forma de ocupação de tempos livres. Para que tal aconteça, as escolas têm que modernizar e dinamizar os seus métodos de ensino, de modo a que os jovens tenham uma maior participação, criando maior interesse nestes por saber mais e por continuar com os estudos. No entanto, deparamo-nos constantemente com um grande número de desistências dos estudos, por razões diversas. É de extrema importância consciencializar a população que a delinquência juvenil é de facto uma problemática que deve ter toda a nossa atenção.

Para a avaliação de necessidades deste programa de prevenção e intervenção, a metodologia que será adotada será a administração de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas, na Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima, a alunos, professores, operacionais. Membros da associação de pais e direção da escola.

Com este programa, será possível ver diminuídas as taxas de delinquência juvenil, bem como fatores de risco como absentismo e abandono escolar, consumos de álcool, tabaco e estupefacientes, entre outros.

## II. Conceito e Diferentes Perspetivas da Delinquência Juvenil

Em primeiro lugar importa definir e diferenciar 3 conceitos: comportamento anti-social, transtorno da personalidade anti-social e delinquência.

Segundo Negreiros (2008), “o termo comportamento anti-social é o mais abrangente, referindo-se a uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, dum modo geral, uma violação de normas ou expectativas socialmente estabelecidas”.

É muito importante não confundir este conceito com o Transtorno da Personalidade Anti-Social. Este tem como característica principal um padrão invasivo de desrespeito e violação dos direitos dos outros, tendo início na infância ou na adolescência e continua na idade adulta. Para se fazer o diagnóstico desta perturbação o indivíduo tem que ter pelo menos 18 anos e já ter algum historial de comportamentos que preenchem critérios de diagnóstico deste transtorno, antes dos 15 anos. Deste transtorno é visível e característico um padrão de comportamentos repetitivos e persistentes, em que por norma há um desrespeito pelos direitos do outro e até das normas sociais. Os comportamentos característicos deste transtorno estão divididos em 4 categorias: agressão a pessoas e animais; destruição de propriedade; defraudação ou furto; e séria violação de regras (APA, 1994).

Para ser diagnosticado este transtorno é necessário ver verificados os critérios do quadro seguinte:

Quadro 1- Critérios de Diagnóstico de Transtorno de Personalidade Anti-Social.

A. Um padrão global e persistente de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que ocorre desde os 15 anos, indicado por pelo menos 3 dos seguintes critérios:	1. Incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos legais, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção;
	2. Propensão a enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer;
	3. impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro;
	4. irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas;
	5. desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia;
	6. Irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou honrar obrigações financeiras;
	7. ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém.
B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.	
C. Existem evidências de transtorno de conduta com início anterior aos 15 anos de idade.	
D. A ocorrência do comportamento anti-social não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou episódio maníaco.	

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Por sua vez, a delinquência pode ser definida em função de critérios jurídico-legais, em que o delinquentes é o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma sanção do tribunal; em suma, a delinquência pode ser definida com base num contacto oficial com os tribunais, quando o indivíduo é alvo de uma condenação (Negreiros, 2008).

Importa também referir que determinados comportamentos anti-sociais podem levar à delinquência (Negreiros, 2008).

Para que determinado comportamento seja considerado como “negativo”, é necessário que alguém na sociedade o considere como tal. Esta designação vai ter em conta a sociedade onde se insere o indivíduo, visto que o ato delinquentes é definido por regras, leis e valores morais dessa mesma sociedade (Born, 2003).

Segundo esta perspectiva, o ato de delinquir é um comportamento contrário às normas legais ou da sociedade em questão. Um comportamento que na nossa sociedade é considerado como um ato reprovável ou até crime, pode não o ser para outra sociedade (e.g.: o consumo de álcool ou estupefacientes), e vice-versa (Born, 2003).

### Perspetiva Criminológica

A sociedade está em constante mutação, assim como os seus valores morais e até o que é considerado como crime ou não. Como nos referiu Cusson (1990, cit. in Born, 2003):

*“A ação repressiva do Estado intervém na dinâmica do sistema do crime: quando os casos criminais se tornam muito numerosos, desencadeia-se no sistema penal um movimento de evacuação de excesso de casos. Os agentes penais são então levados a banalizar a delinquência em excesso e a expulsá-la do aparelho.”*

O significado que a sociedade atribui a determinado ato tem, portanto, muita importância e o contexto social e legal vai determinar o grau de gravidade dos atos cometidos pelos indivíduos, em que do ponto de vista legal, esta (gravidade) é definida em função da pena mais provável, ou seja, o que está contemplado no Código Penal. Outro ponto de vista pode ter a opinião pública, isto é, em algo tipificado na lei como crime pode não ser considerado um facto tão grave e pode também suceder exatamente o contrário (e.g.: em Portugal o aborto foi despenalizado, portanto do ponto de vista legal não é crime, mas do ponto de vista da opinião pública/sociedade pode ser um ato considerado reprovável, podendo levar à estigmatização da pessoa que comete esse ato).

### Perspetiva Desenvolvimental

Segundo esta perspetiva é necessário compreender o ato delinvente no seu todo, visto que este surge num determinado momento da vida do indivíduo. Como tal, é necessário prestar atenção ao percurso de vida do indivíduo antes de este passar ao ato e também dos acontecimentos que antecederam e sucederam a esta passagem ao ato.

É um facto adquirido que o processo de socialização é um fator muito importante na vida de todos os indivíduos e é claramente evidente a importância que tem na infância e na adolescência. Na infância, a referência das crianças são os pais; aquando da entrada na escola, convive com o grupo de pares mas o adulto permanece como a sua referência. Com a entrada na adolescência, o grupo de pares assume uma função de socialização privilegiada, visto que é aqui que o adolescente aprende a gerir determinadas situações, desenvolve mais relações com o outro; a adolescência é de facto fulcral visto ser um momento da vida do jovem em que este tenta ter a sua liberdade e independência em relação aos pais (Born, 2003).

Segundo Born, esta perspetiva:

*“Tenta compreender os mecanismos de socialização- associação”;*

Desta última derivam a exclusão e marginalização, o que vai propiciar a um aumento dos comportamentos anti-sociais.

### **III. Teorias Explicativas da Delinquência Juvenil**

São várias as teorias que tentam explicar como os laços sociais (ou a sua ausência) têm influência na adoção de comportamentos desviantes. Assim sendo, passo a enumerar e explicar algumas dessas teorias.

#### Teoria da Anomia

Merton (1938) e Durkheim (1987) são dois autores que se focaram na anomia (que significa *“ausência de regras”*). Durkheim (1987) focou-se na coesão social, na influência que a sociedade exerce no laço social. Para este autor,

*“As forças ou características que permitem ligar os indivíduos entre si permitem ao mesmo tempo ligar cada indivíduo à coletividade”* (cit. in Born, 2003);

Assim, a anomia significa “*desagregação dos valores e a ausência de pontos de referência*” (Born, 2003), bem como a não adesão aos valores da sociedade.

Merton (1938) tem uma visão diferente de anomia; este autor defende que a contradição entre a imagem social de sucesso para a sociedade e as oportunidades e meio para os atingir, criam um desfasamento entre classes sociais porque as oportunidades de acesso a esse ideal de vida são desiguais, isto é, as classes mais altas têm maior facilidade de acesso e as classes sociais mais baixas têm muitas dificuldades em atingir esses mesmos ideais e objetivos. Neste seguimento, o autor refere-nos que alguns indivíduos, quando não conseguem atingir esses objetivos ficam frustrados; as pessoas que têm uma maior ligação às normas e valores morais, vão “lutar” de forma legal para conseguirem atingir esses objetivos; outros indivíduos, mais desfavorecidos, poderão perder a confiança nos valores morais e normas sociais, procurando outros meios (ilícitos) para atingir tais ideais (Born, 2003). Para este autor, a anomia é, então, um “estado de tensão” entre os ideais da sociedade e os meios para os atingir.

Born (1983) propôs 4 indicadores que medem o nível de anomia de uma sociedade: heterogeneidade (onde coabitam pessoas de diferentes classes e culturas- que leva a um nível mais elevado de anomia); o nível de diversidade dos sistemas familiares; heterogeneidade cultural (uma sociedade em que não há apenas um tipo de cultura, mas sim várias, que podem entrar em divergências) e a diversidade de idades (Born, 2003).

Para além do que foi anteriormente referenciado, dentro das sociedades existem subculturas que têm outros valores, muitas vezes contrários aos da sociedade em geral, exercendo assim, uma grande pressão sobre os indivíduos, o que normalmente conduz à desviância. Neste âmbito, importa frisar que num primeiro momento, os pais exercem pressão sobre a criança para que esta adote condutas socialmente aceites; aqui, a criança interioriza os valores e normas sociais e mais tarde vai ser confrontada com outros programas de socialização, nomeadamente com a entrada na escola, onde vai ter contato com programas de prevenção e repressão de comportamentos indesejáveis. Neste seguimento, alguns autores defendem que há alguns fatores que contribuem para a desorganização social. Born (2003) enumera alguns como: a emigração (principalmente externa, em que o país recebe muitos emigrantes com culturas e valores morais muito distintos e como tal podem provocar uma certa instabilidade), o progresso técnico e económico (em que algumas pessoas conseguem atingir classes sociais mais altas, enriquecem, enquanto que outras ficam cada vez mais pobres criando um enorme “fosso” entre ricos e pobres, dificultando toda uma panóplia de oportunidades), a própria evolução dos espaços urbanos (que cada vez mais têm um maior número de população comparando com áreas rurais, logo, a criminalidade aumenta).

### Teoria do Controlo Social

Cusson (1998), autor da teoria do controlo social defende que

*“a delinquência está ligada por um lado a uma diminuição do controlo social e por outro a um aumento da anomia”.*

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Cusson (1998) refere que o controlo social é “o conjunto dos meios pelos quais os membros de uma sociedade impõem a si próprios a conformidade necessária à vida em comum”, ou seja, o Homem criou mecanismos específicos para diminuir ou limitar a criminalidade, de forma a ter uma vida em sociedade minimamente aceitável.

Assim, Cusson enumerou 4 fatores que influenciam o controlo:

1. nível de integração social (aqui, quanto mais relações o indivíduo tiver e esses forem mais próximas e estáveis, significa que tem um maior controlo; o contrário surge quando o indivíduo é incapaz de criar laços duradouros e estáveis, em que vai haver uma diminuição do controlo exercido sobre si);
2. nível de circulação da informação (o controlo social é mais eficaz se a circulação de informação for feita com maior rapidez, isto é, nos grandes centros urbanos, há maior distanciamento entre as pessoas, há falta de comunicação, logo, escassa informação; este autor defende que o facto de nas áreas rurais a informação circular com grande rapidez e porque as pessoas têm mais facilidade em se conhecer umas às outras, é um fator que diminui a delinquência);
3. nível de aceitação da autoridade (o controlo social é eficaz a autoridade que o exerce for reconhecida; e.g.: se os indivíduos da sociedade não reconhecerem autoridade a uma força de segurança, quando esta se tentar impor, vai ser considerado como uma afronta ou provocação para a população, o que vai gerar uma situação conflituosa);
4. por último, o nível de elaboração da reação social (este fator significa que quando a sanção de um determinado ato é justa e adequada, o nível de controlo social vai ser elevado; como referiu Montesquieu, “para que o castigo produza o efeito esperado, basta que o mal que causa ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime”).

Com um controlo social diminuto, o risco de passagem ao ato delinvente aumenta. É muitas vezes frequente verificar-se que nas famílias dos jovens delinquentes, por norma os pais são passivos e aplicam punições injustas e desadequadas, o que vai degradar ainda mais os vínculos familiares (Cusson, 1998).

Ainda no seguimento do controlo social, Cusson (1998) enumera 3 fatores distintos para a sua diminuição:

- A Família – o aumento de famílias desagregadas (divórcios, separações) - famílias monoparentais; o adolescente vai ganhando uma certa liberdade, que muitas vezes os pais não conseguem controlar nem exercer a sua autoridade parental, devido à sua ausência na vida do jovem (e.g.: famílias monoparentais, em que o adolescente vive só com um dos progenitores; aqui o progenitor com quem vive está muitas vezes ausente devido a ter que trabalhar e o outro não tem lugar na vida do jovem, por vezes);

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

- A Escola – muitas vezes os professores consideram-se unicamente como difusores de informação escolar aos jovens e não se preocupam em transmitir alguns valores morais essenciais; veem, assim, a sua autoridade diminuída e refutada por alguns jovens, podendo aumentar situações de vandalismo em recinto escolar e condutas desviantes;
- A Cidade – a forte desorganização social nos grandes centros urbanos pode aumentar o aparecimento da delinquência, pelos motivos já apresentados anteriormente.

### Teoria do Laço Social

Esta teoria foi proposta por Hirshi, em 1969 e este autor refere que quanto mais fortes forem os laços e vínculos que ligam o sujeito à sociedade, menor vai ser a possibilidade deste vir a desenvolver condutas desviantes e delinquentes. Este autor considera que a delinquência se deve ao facto de o indivíduo estabelecer uma fraca relação com as normas sociais e com a própria sociedade, significa que há um auto-controlo diminuto.

Para Hirshi, os laços sociais têm 4 componentes:

- Vinculação – referente ao laço que o indivíduo estabelece com as pessoas convencionais (pais professores, grupo de pares) e com as instituições convencionais (e.g.: escola); a vinculação estabelece-se logo na infância com os pais, em que a criança irá adotar as normas respeitadas por estes (pais) – aqui o jovem não irá delinquir se tiver uma boa relação com os pais, com medo de os desiludir;
- Empenhamento – aqui, o indivíduo mede as consequências e benefícios das suas condutas;
- Investimento – significa o tempo que o indivíduo investe em atividades convencionais para atingir os seus objetivos, resultantes das expectativas da sociedade; o risco de passagem ao ato diminui consoante o tempo investido em atividades convencionais;
- Crença – trata-se da importância que o indivíduo atribui aos valores da sociedade (regras e valores morais); o fator crença vai estar interligado com a vinculação que o sujeito estabelece com pessoas e instituições convencionais.

A delinquência surge quando estes 4 fatores falham, visto que o indivíduo não terá qualquer tipo de receio ou remorso em quebrar as normas sociais porque não vai desiludir ninguém próximo de si (Born, 2003).

### Teoria da Escolha Racional

Cornish e Clarke propuseram esta teoria em 1987; para estes autores, o indivíduo mede as consequências positivas e negativas dos seus atos e a passagem ao ato surge quando o benefício é superior ao custo.

Neste seguimento, estes autores colocaram diversas hipóteses: o indivíduo tenta e procura lucrar por intermédio de atos delituosos e para isso tem de tomar decisões e fazer uma escolha; para o processo de tomada de decisão há que ter em conta o tempo disponível para as oportunidades e mesmo as suas capacidades cognitivas; os fatores que levam à tomada de decisão variam em função do delito e do indivíduo.

Como tal, cada delito depende de motivos específicos que têm influência na análise do custo e do benefício dessa ação. O indivíduo vai então ter em conta: a acessibilidade do bem que procura, as técnicas que possui para o adquirir, a probabilidade de obter ganhos financeiros, a necessidade de planificação e recursos necessários, o tempo necessário para levar a cabo essa ação, o risco de ser apanhado e a punição correspondente ao ato que tenciona cometer, a quantidade de violência que será necessário aplicar, o risco de confronto com a vítima e mais tarde se for apanhado que esta o reconheça, e não menos importante, a reação da sociedade face a esse ato.

Para esta escolha, os fatores de risco e de proteção a nível individual, familiar e social têm uma grande importância, pois perante a mesma situação, há indivíduos que não passam ao ato, enquanto outros sim (Cornish e Clarke, 1987).

#### **IV. Motivos de Passagem ao Ato**

Os motivos que levam estes jovens e até crianças a enveredar por comportamentos desviantes são diversificados e estão de acordo com cada indivíduo.

Cusson (1998), afirma existirem 4 finalidades para o ato delinquente/desviante: ação, apropriação, agressão e domínio.

Relativamente à ação, o autor refere-nos que o indivíduo age por agir, isto é, o indivíduo é movido pelo prazer e excitação que essa ação lhe proporciona, principalmente a preparação que envolve e a sua execução; podemos depreender que há uma busca de sensações por parte do indivíduo, principalmente no que diz respeito aos atos de violência como lutas, vandalismo, grafitismo, roubos, entre outros.

A apropriação está interligada principalmente com furtos e roubos; pode ser por uma necessidade imediata (e.g.: roubar por ter fome), por desejo de posse; o indivíduo pode roubar ou furtar um objeto para se deslocar ou com o intuito de cometer outro delito; o

ato aquisitivo pode também estar relacionado com o estatuto socioeconómico do indivíduo, ou seja, obter outra fonte de rendimento (ilegal).

A agressão pode estar relacionada com a apropriação, isto é, o indivíduo pode agredir outrem para ter acesso ao objeto desejado; podem também existir agressões de carácter defensivo, ou seja, o indivíduo agride outro por rezear uma agressão por parte deste; podem também constatar-se agressões por represálias como um sinal de vingança a outro por diversas razões.

Por último temos o domínio; o indivíduo comete um delito para obter supremacia ou ser reconhecido como uma pessoa capaz de cometer certo tipo de atos; muitas vezes age para impressionar os outros membros do grupo em que está inserido ou então quer obter a sensação de poder e domínio sobre o outro, o que é muito frequente em casos de bullying.

É igualmente importante fazer a distinção entre os indivíduos que cometem um ato delinvente isolado e aqueles que os cometem repetidamente. É fulcral compreender os motivos que levaram uma determinada pessoa a cometer um ato delinvente isolado, isto porque o percurso pessoal do indivíduo vai ter uma grande importância nessa circunstância que levou à passagem ao ato, pois certamente, a grande maioria das pessoas, perante a mesma situação irá encontrar outros mecanismos (legais) para a resolver. Como tal, grande parte dos teóricos e profissionais que lidam diariamente com a questão da delinquência fazem a distinção entre delinvente ocasional e delinvente habitual ou de carreira (Cusson, 1998).

O delinvente de carreira comete muitos atos delinquentes, num período de tempo mais longo, ou seja, num determinado período da sua vida. Para classificar alguém como “delinvente habitual” há que ter em conta os seguintes aspetos: frequência, quantidade de atos cometidos, diversidade e a sua gravidade (Cusson, 1998).

Outra questão importante prende-se com a idade de início da carreira criminal. Vários estudos apontam que não raras vezes a maioria das carreiras delinquentes começa muito cedo, principalmente na adolescência (por volta dos 11/12 anos de idade).

Moffit (1993), num dos estudos que realizou, criou duas categorias de delinquentes: delinquência limitada à adolescência e os delinquentes persistentes (ao longo da vida).

O primeiro tipo, tem início (por norma) entre os 11/12 anos de idade que coincide com o início da adolescência. Os atos que estes jovens cometem têm um carácter heterogéneo e principalmente utilitário e aquisitivo; existe também a questão do prestígio junto do grupo de pares e estes atos são normalmente cometidos entre os 14/15 anos. Estes atos são por norma cometidos para “tentar superar um desfazamento entre a maturidade biológica e a maturidade social” (Negreiros, 2008).

Segundo Moffit (1993), o indivíduo delinvente limitado à adolescência, inicia a sua atividade bastante cedo e comete atos ao longo do período da adolescência, enquanto outros têm um início mais tarde e também desistem mais cedo. É também de notar que

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

esta atividade tem o seu pico entre os 15 e os 17 anos de idade, e como já referido, dá-se a desistência de atos delinquentes.

Pelo contrário, o delinquente persistente ao longo da vida, ingressa nas atividades delinquentes numa idade precoce. Neste tipo de indivíduos podemos observar perturbações comportamentais presentes na infância, como por exemplo défices de atenção e hiperatividade, que como veremos mais à frente são fatores preditores de delinquência juvenil e na idade adulta; podemos igualmente observar complicações a nível da aprendizagem, que por norma desencadeiam insucesso escolar, que por sua vez aumenta o nível de frustração do indivíduo. Uma fraca vinculação com as figuras parentais aliado a uma vinculação positiva a um grupo de pares delinquentes, reforça essas mesmas frustrações do indivíduo e a adoção de comportamentos delinquentes e desviantes.

Ao contrário dos delinquentes limitados à adolescência, a carreira criminal nestes indivíduos tem um carácter persistente que se estende até à idade adulta e aumenta a probabilidade de contacto com os órgãos repressivos e com a justiça, visto que a atividade criminal tem tendência a ser diversificada e assistimos a uma escalada na sua gravidade e frequência com o avançar da idade (Born, 2003; Negreiros, 2008).

Quadro 2 – Resumo das características dos tipos de delinquência limitada à adolescência e delinquência persistente ao longo da vida (adaptado de Born, 2003).

<b>Delinquência limitada à adolescência</b>	<b>Delinquência persistente ao longo da vida</b>
✓ Aparecimento da delinquência durante a adolescência	✓ Aparecimento da delinquência na infância
✓ Aparecimento temporário	✓ Persistência em vários períodos da vida do sujeito
✓ Prevalência muito forte na população	✓ Casos bastante raros
✓ Sem fatores de risco neurobiológicos	✓ Presença de perturbações neurobiológicas e comportamentais
✓ Risco genético muito fraco	✓ Provável transmissão genética dos riscos

## V. Tipologias de Carreira Criminal

Fréchette e Le Blanc são dois autores que realizaram diversos estudos no âmbito da delinquência.

Estes dois autores, em 1987, propuseram uma tipologia que contém 4 dimensões: o momento em que surge a delinquência, a quantidade, a gravidade e a persistência, que nos permite enquadrar o tipo de carreira delinvente; esta tipologia tem especial importância para a delinquência juvenil.

Existem, então, 4 tipologias de delinquência, segundo estes autores: esporádica/ocasional, explosiva, persistente intermédia e persistente grave.

Na primeira, o indivíduo comete um número relativamente pequeno de delitos com pouca gravidade e tais comportamentos surgem num período muito específico da sua vida (por norma na adolescência) e normalmente não se estendem para a idade adulta (Fréchette e Le Blanc, 1987).

Na segunda tipologia, os atos delituosos cometidos têm uma maior representação (são mais numerosos), são mais heterogêneos (vários tipos de crimes) e com gravidade média; surge normalmente num período em que o contexto familiar e pessoal está mais fragilizado (Fréchette e Le Blanc, 1987).

A terceira tipologia refere-nos que há uma heterogeneidade no tipo de delitos e que estes têm maior duração e já apresentam alguma gravidade; estes atos podem ter início na infância, passando para a adolescência e idade adulta; aqui o indivíduo pode ter contacto com a justiça (detenções); no seu percurso existem alguns períodos de acalmia mas não há uma verdadeira desistência da delinquência (Fréchette e Le Blanc, 1987).

Na quarta tipologia, os atos delituosos são mais numerosos e assistimos a uma escalada da gravidade durante o período da adolescência, o que leva a uma carreira criminal na idade adulta; aqui a violência é utilizada de forma aquisitiva (e.g.: um roubo que acaba em homicídio) (Fréchette e Le Blanc, 1987).

### Trajectoria Conflito com a Autoridade, Trajetória Coberta e Trajetória Aberta

Loeber (1997) referiu a existência de três trajetórias da evolução dos comportamentos anti-sociais: conflito com a autoridade, trajetória aberta e trajetória coberta. A cada uma destas trajetórias está associada uma idade de início específica e desenvolve-se com uma sequência ordenada e preditora de comportamentos transgressivos.

Como tal, a idade de início dos comportamentos anti-sociais assume um papel fulcral assim como a proporção de atos cometidos em cada trajetória. Grande parte dos

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

indivíduos percorre o estágio inicial, menos indivíduos percorrem a fase intermédia e uma ínfima parte atinge o último estágio.

A trajetória conflito com a autoridade manifesta-se por volta dos 12 anos de idade (mais precocemente) em que podem existir comportamentos que desafiam a autoridade (desobediência) e até por um evitamento da autoridade (Negreiros, 2008).

A trajetória coberta tem um início mais tardio e há uma escalada dos atos cobertos (e.g.: mentiras, pequenos furtos), evoluindo para delitos mais graves como crimes contra a propriedade e ainda mais graves como por exemplo fraudes.

Na trajetória aberta dá-se uma escalada ao nível da agressividade, em que o indivíduo começa por crimes como agressões menores (e.g.. ameaças) e evolui para lutas físicas e de violência (e.g.: violação).

Neste estudo os autores concluíram que as trajetórias coberta e aberta estão associadas a uma taxa elevada de delinquência e que ambas conjugadas com a trajetória conflito com a autoridade apresentam um grande aumento da taxa de delinquência (Negreiros, 2008).

Todas as teorias apresentadas anteriormente evidenciam grandes vantagens: permitem que se efetue uma deteção precoce de ofensores persistentes, bem como a criação de intervenções adequadas aos diversos tipos de ofensor e tipos de estágio em que se encontram; permitem ainda efetuar uma correta avaliação dos fatores de risco e de proteção de cada tipo de ofensor e trajetória delinquente.

### **VI. Fatores de Risco e de Proteção na Delinquência Juvenil**

Antes de mais, importa referir que existem fatores que aumentam a probabilidade de um indivíduo desenvolver condutas desviantes mas também existem fatores que atuam como inibidores dessas condutas. Esses fatores são os de risco e os de proteção, respetivamente.

Fator de risco significa uma qualquer influência que favoreça a probabilidade de aparecimento e/ou manutenção de uma determinada situação, implicando um grau maior de gravidade de ocorrência e uma maior duração no tempo (Coie et al., 1993).

Fator de proteção é qualquer condição que potencie a resistência aos fatores de risco, através da sua interação com os últimos, prevenindo, evitando ou diminuindo o envolvimento em comportamentos-problema (Newcomb & Felix-Ortiz, 1992).

No que concerne aos fatores de risco e de proteção, podemos enumerar quatro importantes níveis: individual, familiar, grupo de pares e escola e por último, a comunidade.

Loeber e Farrington (2010/2012) evidenciaram estes quatro fatores, enumerando para cada um deles determinadas características.

Relativamente aos fatores de risco, a nível individual a criança ou o jovem pode apresentar um temperamento difícil, níveis de impulsividade e hiperatividade elevados, comportamentos disruptivos de início precoce (como consumo de álcool, drogas e tabaco, fugas de casa, entre outros), pode oferecer resistência ao controlo exercido pelos adultos (quer sejam os pais ou professores), pode apresentar um historial prévio de comportamentos anti-sociais, défices neurológicos (não consegue encontrar sozinho soluções para um certo problema sem ser com hostilidade), apresenta fracas competências sociais, entre outros.

Está também comprovado que a família é um importante fator na vida do indivíduo, pois o primeiro contato que tem com valores e normas é na infância, com os seus pais. A criança vai ter a tendência de respeitar os mesmos valores que os seus pais porque estes são o seu exemplo, o seu modelo. Como tal, a família pode influenciar negativamente o jovem quando: existe uma família numerosa, em que por norma provém de uma classe social desfavorecida; existe fraca supervisão parental; por vezes os irmãos mais velhos já desenvolveram condutas delinquentes e vai levar a criança ou o jovem a repetir esses mesmos comportamentos; aqui podemos também encontrar uma fraca vinculação entre pais e filhos, o que implica precaridade afetiva; uma desestruturação familiar pode também ter uma influência negativa no indivíduo (divórcio, monoparentalidade); o próprio nível socioeconómico tem uma grande representação na delinquência juvenil, isto porque provoca depressão e/ou hostilidade nos pais, não há as mesmas oportunidades de classes sociais mais altas, o que leva a que o indivíduo adote condutas delinquentes, principalmente de carácter aquisitivo; o facto de ter nascido no seio de uma família com gravidez adolescente é igualmente um fator de risco porque na maioria das vezes os pais não concluíram a escolaridade mínima obrigatória o que está depois relacionado com o nível socioeconómico da família. As práticas de socialização no seio familiar exercem uma forte influência no indivíduo; uma baixa supervisão parental, aliada a práticas educativas inadequadas e negligência parental, vai levar a um aumento do sentimento de frustração e de liberdade no indivíduo, que o podem conduzir a adotar condutas desviantes. O conjunto destes fatores apresentados anteriormente, quando conjugados com psicopatologia e criminalidade parental, aumentam a probabilidade de o jovem ou criança repetir os comportamentos anti normativos dos pais.

É também do conhecimento geral, que o grupo de pares do indivíduo exerce uma grande influência na sua maneira de pensar e agir.

A adolescência é uma fase em que o indivíduo está sobre grande pressão visto que se encontra num processo complicado de alterações a nível físico e psicológico.

Com a entrada na escola, a criança deixa de ter apenas o seu núcleo familiar como forma de socialização e junta-se a um grupo de indivíduos como qual se identifica (pares). Se este grupo de pares tiver tendências desviantes, o indivíduo vai ter a tendência de acompanhar os seus comportamentos, porque os pares atuam como agentes de socialização, ou seja, auxiliam a modelar o comportamento do jovem; a desadaptação (dificuldade em se adaptar a diferentes contextos) contribui para a associação a outros jovens desviantes; ter amigos delinquentes aumenta e condiciona a probabilidade de

atividade delituosa do adolescente. Por norma, o grupo de pares é relativamente reduzido, a qualidade das relações é semelhante às encontradas nos grupos convencionais; no caso da delinquência juvenil nas raparigas, a associação a um parceiro romântico delinquente, potencia a probabilidade desta vir a adotar condutas desviantes, enquanto no caso dos rapazes acontece exatamente o oposto.

O fator escola assume também uma grande importância devido à influência que exerce sobre o jovem. Políticas rígidas e inquisitivas da escola levam à quebra de laços do jovem com a instituição; isto provoca um efeito contraproducente porque leva a absentismo escolar e estigmatização (rotulagem por parte dos professores e funcionários da escola). Para além destes fatores podemos encontrar: um pobre desempenho académico; reduzido envolvimento escolar, ou seja, nas atividades extra curriculares, como o desporto escolar; reduzida ligação à escola, no sentido em que o jovem entende que a escola é irrelevante para o seu percurso de vida; a imposição de determinados conteúdos, sem explicar ao jovem a sua importância; fugas da escola; comportamento desobediente; fraca relação com os professores, entre outros.

A escola, para além de local de aprendizagem oferece aos jovens um local propício à comunicação entre os membros do grupo. As ligações com o grupo oferecem ao jovem formas alternativas de socializar diferentes daquelas realizadas no âmbito familiar. Esta associação grupal dá-se em torno das preferências e gostos do jovem, que por norma são comuns; as atividades de lazer que desenvolvem estendem-se para além do espaço escolar e é aqui que podem surgir os comportamentos desviantes e delinquentes, no sentido em que os jovens sobrepõem-se às regras impostas pela escola, desautorizando a autoridade que esta exerce, o que provoca uma diminuição da influência e controlo que a escola exerce no jovem.

O próprio ambiente em que o jovem está inserido tem muita influência; este ambiente está relacionado com a comunidade em que o jovem está inserido, área de residência. Aqui podemos encontrar heterogeneidade ou homogeneidade étnica, as características urbanísticas (e.g.: bairro social desfavorecido), o nível de criminalidade existente, os valores e atitudes da comunidade face a essa criminalidade (se essa comunidade legitima a criminalidade, o jovem tem tendência a enveredar por comportamentos delinquentes porque não vai quebrar as expectativas sociais; o contrário também acontece), e por último, temos a intervenção de estruturas de suporte social, ou seja, ausência em muitos dos casos das seguintes estruturas: GNR, PSP, projetos comunitários, entre outros.

Para contrariar os efeitos dos fatores de risco, temos os fatores de proteção também aos níveis individual, da família, da escola e da comunidade.

A nível individual podemos encontrar competências sociais e relacionais positivas, um funcionamento intelectual elevado e um temperamento resiliente, ou seja, características e recursos individuais do jovem (e.g.: autoestima, autonomia, entre outros).

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

No que diz respeito às relações sociais e familiares, o jovem ou a criança podem apresentar uma vinculação forte e segura com os seus familiares, nomeadamente os pais; é também importante que nas relações que estabelece obtenha afetividade. Podemos assim afirmar que

*“Um adequado funcionamento da família ajuda a inibir os impulsos desviantes, limitando a probabilidade de os comportamentos delinquentes ocorrerem”*

Pedro Moura Ferreira (1997)

Relativamente à escola e comunidade, importa que haja por parte do jovem envolvimento e uma participação pró-social na escola e na própria comunidade, ou seja, que opte por atividades extracurriculares, de preferência que envolvam a parte escolar, a comunidade e por ventura até familiares e o grupo de pares. É também de extrema importância, que a comunidade tenha uma atitude intolerante face a condutas anti-sociais porque isso vai ser um fator inibidor para o jovem.

Se a escola proporcionar integrações positivas, vai reforçar as orientações convencionais, inclusive em jovens cujas famílias não proporcionaram uma orientação conforme as normas e valores sociais (Pedro Moura Ferreira, 1997).

Para concluir, podemos afirmar que a conjugação da estratificação social com a personalidade e com o fator socioeconómico tem uma grande influência nas práticas familiares, isto porque há uma tendência para que as pessoas que ocupam postos de trabalho de baixo estatuto económico valorizem muito as práticas educativas, nomeadamente a obediência em relação à autoridade, visto que o fator obediência tende a ser recompensado e valorizado em situações de trabalho; técnicas disciplinares como a repreensão e a aplicação de castigos (e.g.: não ver televisão) são mais facilmente encontrados nestas classes mais desfavorecidas.

## **VII. Tipos de Prevenção**

Existem três tipos de planos de prevenção: primária, secundária e terciária.

A prevenção primária implica um trabalho dirigido à população em geral e locais com vista a reduzir fatores potencialmente criminógenos antes do início do problema.

A prevenção secundária implica um trabalho com a população ou locais identificados como “em risco” por causa de alguns fatores predisponentes.

Por último, a prevenção terciária é dirigida à prevenção da recorrência do acontecimento criminoso, visando criminosos já conhecidos, vítimas e lugares que fazem parte do padrão do crime.

### **VIII. Enquadramento Legal**

Existem duas leis que foram criadas para combater a delinquência juvenil, de modo a que o jovem seja punido pelas suas ações delituosas. São elas a Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro) e o Regime Especial para Jovens (DL nº 401/82, de 23 de Setembro).

No art. 1º da Lei Tutelar Educativa (LTE) está definido o seu âmbito de atuação;

*“A prática, por menor de idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de fato qualificado na lei como crime, dá lugar à aplicação de uma medida tutelar educativa em conformidade com as disposições da presente lei.”*

Podemos então dizer que esta lei se aplica a jovens entre os 12 e os 16 anos de idade, que tenham praticado um fato que está qualificado na lei como crime; importa ainda referir que as medidas tutelares educativas têm como finalidade *“a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade”* (art. 3º, LTE).

Dentro das medidas tutelares, podemos encontrar as de carácter não institucional e as de carácter institucional, previstas no art. 4º da presente lei. Assim, as medidas de carácter não institucional são: a admoestação; privação do direito de conduzir ciclomotores ou obter permissão para os conduzir; a reparação ao ofendido; realização de prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade; imposição de regras de conduta, imposição de obrigações; frequência de programas formativos e acompanhamento educativo (art. 4º nº 1 al. a); b); c); d); e); f); g) e h) ); as medidas institucionais caracterizam-se pelo internamento em centro educativo, que pode ser em regime aberto, semiaberto ou fechado (art. 4º nº1 al. i) e nº3).

A escolha das medidas a aplicar compete ao juiz, e têm que ser adequadas, suficientes e proporcionais à gravidade do fato cometido e à necessidade de educação do menor para o direito (art. 6º nº1 e art. 7º nº1).

O conteúdo das medidas encontra-se exposto no art. 9º até ao art. 18º da presente lei.

Para além da LTE, temos o Regime Penal Especial para Jovens. Esta lei aplica-se a jovens que tenham cometido um fato qualificado na lei como crime, em que para s efeitos, considera-se jovem quem tiver completado 16 anos e que não tenha atingido os 21 anos.

É-nos ainda indiciado que no caso de ser aplicável pena de prisão, que esta será especialmente atenuada, segundo os art.ºs 73º e 74º do Código Penal, no caso de o juiz considerar que desta atenuação resultam vantagens para a reinserção social do jovem condenado (art. 4º).

No caso de o juiz considerar que a pena de prisão até 2 anos não é necessária, pode aplicar ao jovem medidas de correção (art. 6º nº1). Estas medidas são a admoestação, imposição de determinadas obrigações, multa e internamento em centro de detenção (art. 6º nº2 al. a); b); c) e d) ).

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Para além destas duas leis, existe ainda a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), cujo objetivo é

*“A promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”*

In Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, art. 1º

Esta lei aplica-se a crianças e jovens que se encontram em território nacional e para efeitos da presente lei, considera-se criança ou jovem, “a pessoa com menos de 18 anos (...)” (LPCJP, art. 5º al. a).

O art. 4º desta lei refere-nos os princípios orientadores da intervenção, em que o princípio base é o do superior interesse da criança e do jovem.

O art. 3º indica-nos a legitimidade da intervenção; no nº 2 deste artigo constatamos que uma criança ou jovem se encontra em perigo quando:

- Está abandonada ou entregue a si próprio;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade ou situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade ou situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional (e.g.: prostituição, toxicod dependência, alcoolismo por parte dos pais);
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação

In Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, art. 3º nº2 al. a), b), c), d), e), f).

## **IX. Revisão de Programas/ Análise Crítica**

Um dos primeiros passos para iniciar um projeto de prevenção e intervenção, é fazer uma pesquisa no âmbito do nosso tema, e proceder a uma revisão da literatura relacionada com o tema.

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Assim, no âmbito do meu tema, realizei uma pesquisa de programas já existentes e implementados. Deparei-me com 2 programas de grande importância: o Programa TEIP2 e o Programa Escolhas.

Este capítulo prende-se com uma análise crítica a ambos os programas, em que numa fase inicial encontramos a descrição de cada programa e seguidamente serão apresentados os seus pontos positivos a salientar e outros que considero que devem ser melhorados.

O Programa TEIP 2 foi relançado pelo Ministério da Educação em 2008, com os seguintes objetivos: dar resposta a contextos sociais potenciadores de risco de insucesso no âmbito do sistema educativo normal; melhorar a qualidade e eficácia do sistema educativo; e criar condições geradoras de sucesso escolar e educativo dos alunos.

A população-alvo deste programa são os agrupamentos de escolas:

- Que se inserem em contextos socioeconómicos desfavorecidos;
- Com alunos cuja língua materna não é o português;
- Em que a escolaridade dos pais é muito reduzida;
- Com grande percentagem de alunos de etnia cigana;
- Com entrada e saída de alunos ao longo do ano;
- Em que a percentagem de alunos que beneficiam de ação social escolar é bastante significativa;
- Cujas maiorias das famílias dos alunos são beneficiárias do RSI (Rendimento Social de Inserção).

Os principais propósitos desta intervenção são: melhorar os resultados escolares e promover a qualidade do percurso escolar dos alunos; eliminar a interrupção precoce do percurso escolar e o absentismo; diminuir a indisciplina; e reforçar o estabelecimento de relações da escola com as famílias e a comunidade.

De modo a atingir os objetivos acima mencionados, o Ministério da Educação investiu: no alargamento das ofertas educativas e formativas; na melhoria de competências com enfoque nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; na conclusão do ciclo de estudos no número de anos previsto; no reforço do trabalho colaborativo entre docentes; no reforço do papel das lideranças de topo e intermédias; e na adoção de opções estratégicas de gestão e administração – implementação de dispositivos de monitorização e avaliação.

No que concerne ao Programa TEIP2, há que salientar os seguintes aspetos positivos: a importância de uma intervenção precoce e atempada, visto que a maioria da sua população alvo frequenta o 1º ciclo; faz parte deste programa um grande número de docentes e técnicos, focados em diversas áreas diferentes; existe um número

significativo de peritos externos, que prestam o auxílio e apoio necessários ao programa e à realidade de cada agrupamento bem como uma avaliação imparcial da aplicação do TEIP2; é de destacar que a Universidade Fernando Pessoa faz parte da lista de peritos externos; este programa tem 4 âmbitos de atuação (objetivos/metapas), sendo eles apoio à melhoria das aprendizagens, prevenção do abandono, absentismo e indisciplina, gestão e organização do agrupamento e/ou escolas e por último, relação escola-família-comunidade e parcerias educativas; nas estratégias de aprendizagem é de destacar a criação de ofertas diversificadas de organização de grupos-turma e de oficinas; o GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família) aparece com grande ênfase na prevenção do abandono, absentismo e indisciplina. Relativamente ao acompanhamento do programa, é referenciado a deslocação dos técnicos da DGIDC (Direção Geral da Educação) às escolas, que elaboram relatórios semestrais; na minha opinião estas visitas têm que ser mais frequentes assim como os relatórios, pois no caso de deteção de algo indesejado, pode-se corrigir mais rapidamente. Outro ponto a assinalar é a realização de reuniões com elementos dos diferentes agrupamentos do TEIP, para debate dos problemas identificados, medidas para os combater e sua eficácia; a rede de peritos externos tem uma ligação positiva com o TEIP porque: promove a troca contínua de informação e documentação pertinente, participam diretamente em algumas atividades e grande parte das vezes funcionam como consultores; por último, verificou-se que nos alunos que são alvo do programa TEIP que houve uma diminuição nas percentagens de absentismo e abandono escolar bem como casos de indisciplina.

Relativamente aos aspetos menos positivos: é necessário reforçar os apoios, assessorias, pares pedagógicos, as ofertas educativas, a participação e responsabilização das lideranças intermédias nas estratégias adotadas no projeto; é necessário também criar parcerias com a comunidade no que diz respeito à animação socioeducativa e cultural; todos os GAAF existentes nas várias instituições do programa têm obrigatoriamente que integrar um criminólogo (pelas razões descritas na Parte II, capítulo VIII.). é igualmente importante melhorar a articulação/comunicação entre técnicos e docentes com outros órgãos do agrupamento como os Serviços de Psicologia e Orientação, Associação de Pais, entre outros; é fulcral investir esforços de modo a diminuir o número de jovens alvo de medidas disciplinares de maior gravidade, visto ainda ser um número bastante significativo; é necessário reforçar algumas das estratégias já adotadas, nomeadamente a intervenção nos métodos de aprendizagem, estratégias de prevenção e intervenção mais precoces e atempadas, reforçar o apoio nas áreas com maiores dificuldades; é fulcral fazer os agrupamentos perceberem que é de extrema importância a existência de uma ampla rede de peritos externos, principalmente para a avaliação do funcionamento do projeto e obtenção de resultados imparciais, para isso, é necessário promover uma melhor comunicação (transmissão mútua de informação) para ampliar as potencialidades do programa, através de formas de trabalho conjunto mais flexível e com um acompanhamento mais próximo e com maior frequência. É muito importante auxiliar as escolas, os seus departamentos e docentes na tomada de decisões, aliada a práticas educativas corretas, adaptadas ao contexto do programa e da escola em questão, em função das suas necessidades; aqui a equipa

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

multidisciplinar pode ter uma grande relevância, visto que o criminólogo é o profissional ideal para auxiliar a delinear estas estratégias.

O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, que foi promovido pela Presidência do Conselho de Ministros; este programa é financiado pelo Instituto da Segurança Social, pela Direção Geral da Educação e pelo Fundo Social Europeu.

O público-alvo deste programa são jovens com problemas de incivilidade e marginalidade e jovens sem qualificações, com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos.

Relativamente ao contexto de atuação, o Programa Escolhas dá enfoque às zonas rurais em depressão e em bairros urbanos desfavorecidos.

Os principais enfoques deste programa são a marginalidade, inserção juvenil, insucesso escolar, abandono escolar, competências familiares, emprego e formação profissional e competências parentais.

No que diz respeito ao programa escolhas, podemos salientar os seguintes pontos positivos: o facto de ser um programa criado em 2001 é um fator muito importante, visto que o programa já é aplicado há 12 anos; assim, os avaliadores vão encontrando as fragilidades do programa e novos problemas que surjam, e criam soluções para colmatar essas falhas; o enfoque principal deste programa é investir na formação escolar, reforçar as áreas de formação profissional e de capacitação; para além deste enfoque, este programa também se dedica à prevenção da marginalidade, do insucesso, abandono e absentismo escolar, competências familiares, emprego e formação profissional; as problemáticas-chave são a educação/formação, comunidade, emprego/empregabilidade e capacitação/cidadania. Os objetivos deste programa foram definidos em função dos contextos de atuação (meios sociodemográficos considerados problemáticos); aqui definiram objetivos de discriminação positiva, no sentido de reforçar as oportunidades existentes nessas áreas. Os beneficiários deste programa são crianças e jovens dos 6 aos 18 anos, oriundos de meios socioeconómicos mais vulneráveis, em que são prioritários: jovens com abandono escolar precoce, jovens sem escolaridade obrigatória, jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelarem educativas ou de proteção.

Relativamente aos problemas encontrados e questões a melhorar: há dificuldade de acompanhamento dos percursos escolares das famílias e há uma estigmatização e isolamento físico e social da população; existe um défice de condições sanitárias e cuidados de saúde primária; outro grande problema encontrado foram questões culturais, como o exemplo da cultura cigana, que impede que as raparigas possam prosseguir os estudos.

Do meu ponto de vista, é necessário arranjar mecanismos de apoio na comunidade, utilizando instituições não-governamentais e voluntários que possam auxiliar esses grupos desfavorecidos, de modo a diminuir o custo do Estado; há ainda que reforçar a intervenção com as famílias, através dos 3 seguintes programas: *Behavioural Parent*

*Training, Multisystemic Therapy e Functional Family Therapy* (ver Anexo II - em que consiste cada um destes programas).

## **X. Incidência da Criminalidade Juvenil em Portugal**

Através de uma análise cuidada do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) podemos destacar dois fenómenos: delinquência juvenil, que segundo os termos previstos na LTE, significa a prática de um fato qualificado na lei como crime, praticado por indivíduo menor de idade, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos; e o conceito de criminalidade grupal, em que há ocorrência de um fato criminoso praticado por 3 ou mais indivíduos, independentemente do crime praticado e da participação de cada interveniente.

Importa referir que os dados desta fonte estatística oficial são fornecidos pela GNR e PSP, no seguimento dos registos das participações, referentes ao ano 2012.

Observando o quadro seguinte, podemos concluir que:

- No que diz respeito à criminalidade grupal, há um decréscimo nas participações entre o ano 2009 e 2012;
- Relativamente à delinquência juvenil, observamos um aumento de 2009 para 2010; um decréscimo de 2010 para 2011 e novamente um aumento de 2011 para 2012.

Quadro 3 – Número de Participações efetuadas à PSP e GNR (Adaptado de RASI 2012)

<b>Dados GNR/PSP</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011/2012</b>	<b>Variação</b>
<b>Criminalidade Grupal</b>	9437	8535	8285	7300	- 985	- 11,89%
<b>Delinquência Juvenil</b>	3479	3880	1978	2035	57	+ 2.88%

Ainda no RASI, temos a referência aos ilícitos em ambiente escolar, que importa clarificar que este conceito engloba ilícitos no interior, imediações do estabelecimento de ensino e percurso casa-escola.

Neste âmbito, podemos constatar que nas estatísticas foram participadas 5724 ocorrências (GNR/PSP) em que 4191 delas são de natureza criminal. É-nos referido que comparativamente com o ano letivo anterior (2010/2011), houve uma diminuição no número de participações (menos 38).

Os tipos de crimes participados foram:

Quadro 4 – Tipologias dos crimes participados à GNR e PSP no âmbito de ilícitos em ambiente escolar Adaptado de RASI 2012).

<b>Tipologia dos crimes</b>	<b>GNR</b>	<b>PSP</b>	<b>Total</b>
<b>Ameaça de Bomba</b>	5	8	13
<b>Furto</b>	294	757	1051
<b>Roubo</b>	22	241	263
<b>Posse/Uso de arma</b>	31	79	110
<b>Vandalismo/Dano</b>	80	244	324
<b>Injúrias/Ameaças</b>	103	436	539
<b>Ofensas à Integridade Física</b>	272	1072	1344
<b>Posse/Consumo de Estupefacientes</b>	44	61	105
<b>Ofensas Sexuais</b>	43	85	128
<b>Outros</b>	75	239	314
<b>Total</b>	969	3222	4191

Analisando este quadro, constatamos que cerca de 2/3 das participações são de carácter criminal e que estas ocorreram no interior dos estabelecimentos escolares. Relativamente ao interior do estabelecimento escolar, os crimes de roubo e ameaça de bomba são os que têm menor expressão. O tipo de ocorrências participadas em maior número são os furtos e crimes de ofensas à integridade física.

No que concerne às ocorrências nas imediações da escola, os crimes de ofensas à integridade física surgem mais frequentemente.

Por último, no percurso casa-escola, e vice-versa, constatamos com maior expressão os crimes de ofensa à integridade física e ofensas sexuais.

Segundo estas mesmas estatísticas, a nível nacional, Lisboa e Porto são os distritos com maior representação no que diz respeito ao número de participações registadas.

Conforme revisão de literatura podemos enumerar 5 tipos de condutas desviantes nos jovens delinquentes. Existe um conjunto de atos que podem ir dos mais simples (e.g.: fugas de casa) aos mais perigosos (e.g.: violação); essas condutas são: condutas contra as normas, vandalismo, roubo, agressões a pessoas e consumo e tráfico de

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

estupefacientes (os 2 primeiros estão presentes nos inquéritos de violência auto relatada e os restantes nas estatísticas oficiais).

A primeira tipologia de conduta apresentada (contra as normas), está caracterizada por comportamentos contrários às normas, como fugas de casa, fumar e consumo de bebidas alcoólicas, te início na adolescência e apresenta um carácter hedonista, o que significa que o jovem comete este tipo de transgressões por prazer.

No que diz respeito ao vandalismo, por norma envolve que o jovem tenha cúmplices para os atos que comete, atos esses como danificar propriedade, destruição de objetos, entre outros, em que está implícito a destruição de propriedade privada ou pública. Por norma, estes atos são de cariz oportunista ou impulsivo – *acting out*.

No roubo, existe um carácter aquisitivo cujo *modus operandi* é muito impessoal, impulsivo e oportunista; aqui o jovem comete delitos como roubo de lojas, roubo por arrombamento, entre outros.

Relativamente às agressões a pessoas, podemos dizer que é pouco frequente e normalmente são de cariz accidental (e.g.: uso de violência num roubo); pode ainda ser uma forma de o jovem se integrar num grupo; este tipo de crime tem uma rentabilidade reduzida e como tal os jovens delinquentes têm preferência por crimes de carácter aquisitivo do qual possam ter alguma rentabilidade.

No que concerne ao consumo e tráfico, este assume um carácter mais organizado, planeado e existe um polimorfismo comportamental ( o jovem apresenta vários tipos de condutas); é de carácter monetário e aparece muito cedo na vida do jovem (cerca dos 10 anos de idade) e assistimos a uma progressão para as drogas mais pesadas.

Podemos ainda concluir que as condutas desviantes mais cometidas pelos jovens são o consumo de bebidas alcoólicas, consumo de drogas leves (fumar cannabis) e furto, porque é um delito aquisitivo, destruição de propriedade, problemas a nível escolar (castigos - suspensões, expulsões), condução sem habilitação legal, entre outros.

É também muito importante relacionar os fatores “classe social”, “sexo” e “idade”.

A delinquência é transversal a todas as classes sociais mas é fulcral entender que a delinquência mais grave está enquadrada nas classes sociais mais baixas por diversas razões como: o jovem estar inserido numa família com poucas posses, o que vai influenciar o desempenho escolar; há uma maior interação com o grupo de pares, que tem tendência a ser também desviante; e ainda o fato de as pessoas oriundas de classes sociais mais baixas não terem o mesmo nível de acesso às oportunidades das outras classes.

Relativamente ao sexo, Moffit (1989), afirmou que há uma preponderância masculina entre a população jovem delincente, devido a dois grandes fatores: um processo de socialização diferencial, ou seja, a educação é diferente em função do sexo, devido aos estereótipos sociais, isto é, as raparigas são alvo de maior controlo parental, logo, há uma menor adesão aos comportamentos desviantes, o que acontece exatamente

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

o oposto no caso dos rapazes; o grupo de pares é outro importante fator: os rapazes são menos emotivos e como tal as suas relações com os pares estão associadas ao risco; com grupos maiores há um controlo social menos e existe ainda uma “luta” pelo estatuto social, que vai levar rapidamente à delinquência.

Para concluir, deparamo-nos com uma questão: será a delinquência oficial a delinquência real?

A questão que envolve a delinquência real e a delinquência oficial despoleta um grande interesse para a sociedade. Importa-nos saber se há ou não coincidência entre os valores que nos apresentam as estatísticas oficiais e a criminalidade real, isto porque

*“Nem todos os delitos são levados à justiça, não são registados, não são conhecidos.”* (Born, 2003, pp. 29).

Não é fácil contabilizar o conjunto de delitos e infrações com exatidão visto que as referências destes dados são fornecidas por diversos organismos (e.g.: GNR/PSP). Outro grande problema para apurar os números reais é o fato de muitas vítimas não denunciarem nem apresentarem queixa nos órgãos de polícia competentes, por diversas razões (e.g.: falta de confiança na instituição especializada, por vergonha, pelo medo de represálias, pelo receio da opinião da família e da sociedade).

Born (2003), refere-nos que a criminalidade aparente (infrações que são conhecidas e declaradas) e a criminalidade legal (infrações que são alvo de tratamento judiciário) apenas nos fornecem uma noção muito longínqua da realidade criminal devido às cifras negras e às razões apresentadas anteriormente.

(Ver figura Anexo 1)

## PARTE II – PARTE EMPÍRICA

### **I. Escolha da Problemática**

Como já referenciado anteriormente, a delinquência juvenil assume cada vez mais uma grande atenção por parte da sociedade e dos seus meios repressivos.

Assim, do meu ponto de vista e do ponto de vista de diversas teorias e autores, há uma necessidade de cada vez mais se criarem medidas e planos de prevenção e intervenção na delinquência juvenil para que esta não evolua nem passe para a vida adulta do indivíduo.

Considera-se fulcral compreender os motivos que levam a criança e/ou o jovem a enveredar por uma via delinquente; aqui, a intervenção precoce e atempada pode reabilitar o indivíduo alvo da intervenção para que se possa diminuir o risco de repercussões para a vida adulta.

Deste modo, a população alvo deste projeto serão jovens em idade escolar, entre os 13 e os 16 anos de idade, que se encontram a frequentar a escola, desde o 5º ao 9º anos inclusive, visto que existem muitos jovens com 15, 16 e 17 anos ainda a frequentar o ensino preparatório, uma vez que há elevadas taxas de reprovações, no meu entender é necessário fazer com que estes jovens tomem um novo rumo, de modo a que possam ingressar no ensino secundário, concluindo a escolaridade mínima obrigatória, para que seja possível no futuro ingressarem no mercado de trabalho ou em cursos técnicos ou mesmo no ensino superior.

Da experiência pessoal que tenho, pude observar no âmbito do meu estágio, num projeto que participei da Polícia Municipal do Porto (PM), “Projeto Responsabilidade Social”, que consistiu em clarificar alguns aspetos e dar a conhecer aos jovens da Escola E.B. 2, 3 Doutor Augusto César Pires de Lima, no Porto, cujo intuito foi dar a conhecer a instituição PM e elucidar os jovens para algumas problemáticas atuais como consumo de álcool, drogas, tabaco, bullying, entre outros. Do que eu pude observar e da ideia geral que os meios de comunicação social nos passam, posso concluir que um plano de intervenção tem que ter uma abordagem multimodal e multissistémica, ou seja, adotar uma intervenção a diversos níveis (individual, familiar e escolar) com diferentes tipos de abordagens e atividades.

## II. Avaliação de Necessidades e de Recursos

Na sequência do que pude observar no âmbito do meu estágio, decidi optar por desenvolver um programa de prevenção comunitária para a Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima, que como já foi referido no capítulo anterior, pude ter contacto com os jovens alunos, alguns professores e membros da direção deste estabelecimento.

A Escola Dr. Augusto César Pires de Lima é um estabelecimento de ensino de 2º e 3º ciclos, situada na freguesia do Bonfim, no Porto, zona de grande concentração escolar, atividade comercial e industrial.

O nível sociocultural da população é diversificado e os alunos que frequentam este estabelecimento de ensino têm idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos, provenientes de diferentes freguesias, tais como Bonfim, Campanhã, Massarelos, Sé, entre outras; por norma a escola é escolhida em função do emprego dos Encarregados de Educação.

Segundo consulta do Documento intitulado “Projeto Educativo 09/13”, do Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima, podemos verificar que no ano de 2013 existiam:

Quadro 5 – Recursos Humanos da Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima.

Alunos	708
Professores	90
Operacionais	26
Técnicos	8

Quadro 6 – Número de alunos por cada ano de escolaridade na Escola E.B. 2/3 Dr. Augusto César Pires de Lima.

5ºAno	174
6ºAno	170
7ºAno	134
8ºAno	126
9ºAno	104

Do total de alunos, 328 eram beneficiários do apoio escolar (SASE) e 380 não tinham qualquer tipo de benefícios.

Após aplicação de questionários a alunos e a diversos departamentos, foi possível apurar os seguintes problemas (Projeto Educativo 09/13):

- ✓ Aumento do número de alunos oriundos de outros países;
- ✓ Alunos com problemas disciplinares;
- ✓ Não valorização da escola por parte de alguns alunos;
- ✓ Pouco envolvimento dos Encarregados de Educação na escola;
- ✓ Há uma referência a situações educativas especiais e casos sociais muito problemáticos, mas sem especificações.

Não obstante este relatório, é necessário realizar uma correta e fidedigna avaliação de necessidades.

Como não foi possível, devido a prazos e tempo disponível realizar a avaliação de necessidades no terreno, não consegui apurar quais são as verdadeiras necessidades da população em questão.

Assim sendo, e se fosse possível, iria apresentar um pedido à Direção Geral da Educação (Anexo 9) e posteriormente à Direção do estabelecimento de ensino em questão (Anexo 10), para que pudesse realizar uma avaliação de necessidades, administrando um inquérito em forma de questionário, com questões de resposta fechadas e semiabertas, dirigido aos alunos (anexo 13), e uma entrevista, com questões de resposta aberta, dirigida a professores, operacionais, membros da direção da escola, membros da associação de pais e psicólogo do agrupamento (anexo 8). Considero que todos estes indivíduos são informantes-chave para este programa.

### **III. Objetivos**

Conforme o que foi referido em capítulos anteriores, podemos observar, através duma análise estatística que de facto houve um aumento da criminalidade juvenil, e que ainda há uma percentagem elevada de absentismo e abandono escolar em Portugal.

Como tal, este trabalho tem como objetivos:

- 1) Diminuir o absentismo e abandono escolar;
- 2) Fortalecer a ligação dos jovens à escola;
- 3) Diminuir o número de alunos com problemas disciplinares;

- 4) Fomentar o envolvimento dos Encarregados de Educação na situação escolar dos jovens;
- 5) Dotar os Encarregados de Educação dos jovens de competências parentais e educativas adequadas.

#### **IV. Metodologia**

##### 1) Participantes

No que concerne aos participantes desta investigação, é importante referir que para avaliar as necessidades será utilizada uma amostra de conveniência, isto é, irá responder ao questionário e à entrevista quem estiver disponível, ou seja, professores (Anexo 8), operacionais (Anexo 8), membros da associação de pais (Anexo 8), membros da direção da escola (Anexo 8), o psicólogo do agrupamento (Anexo 8), e alunos que deram o seu consentimento (Anexo 13) e cujos encarregados de educação procederam do mesmo modo (Anexo 12).

É igualmente necessário que os alunos que responderem ao questionário, para além do seu consentimento informado e do consentimento informado dos encarregados de educação, que preencha os requisitos de idade (entre os 13 e os 16 anos).

##### 2) Instrumentos

De modo a realizar esta avaliação de necessidades e de forma a constatar quais os problemas com mais evidência, pretende-se aplicar um inquérito em formato de questionário, visto que o formato de resposta fechada e semiaberta possibilita uma resposta mais rápida, menos maçadora para os jovens em questão e possibilita uma melhor categorização dos dados.

Para tal, foi elaborado um questionário direcionado aos jovens (presente no Anexo 7), que contém questões acerca de características individuais, a nível do contexto familiar e das relações com o grupo de pares e escola. Estas questões foram formuladas no âmbito da revisão bibliográfica.

Relativamente à entrevista a realizar às pessoas indicadas anteriormente, serão colocadas questões no âmbito do conhecimento que têm sobre o contexto familiar e socioeconómico dos indivíduos e quais os maiores problemas identificados no que diz respeito aos comportamentos adotados pelos jovens. É fulcral entrevistar estas pessoas visto que são consideradas informantes-chave para este projeto.

Após a aplicação dos questionários e entrevistas, irá proceder-se ao tratamento desses dados, de modo a realizar-se uma análise estatística e identificar quais os maiores problemas relativamente a estes jovens.

Os resultados obtidos terão como objetivo auxiliar e fundamentar todo o programa de prevenção comunitária, que será orientado com base nas necessidades dos jovens e também do estabelecimento de ensino, no sentido de adaptar e criar atividades que colmatem os problemas encontrados.

## **V. Descrição do Programa – tarefas a realizar**

Após a aplicação do questionário e da entrevista (descritos em capítulos anteriores e presentes nos Anexos 12 e 13), apresento uma proposta de um Programa de Prevenção Comunitária.

Assim sendo, de seguida passo a enumerar as tarefas a realizar.

### Tarefa 1

Realizar campanhas e ações de sensibilização no âmbito da Delinquência Juvenil: construção de posters e *flyers* para distribuição nas escolas e demais instituições de controlo formal, dando ênfase a comportamentos de risco (e.g.: consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e estupefacientes, entre outros); alertar para a emergência e importância da prevenção e repressão da delinquência juvenil; alertar os pais e jovens para a importância da escola e da formação escolar e profissional para a vida adulta. Os posters e *flyers* serão realizados pelos alunos dos estabelecimentos de ensino que serão alvo desta intervenção, de modo a que possam estar integrados nesta atividade, que para além de lhes atribuir novas competências, obtêm informação importante.

Estas ações serão calendarizadas e o público alvo serão os alunos e respetivos pais e encarregados de educação e serão realizadas nas instalações do estabelecimento de ensino, de modo a proporcionar um maior contacto com a escola; as ações serão realizadas por uma equipa multidisciplinar composta por um criminólogo, um psicólogo, um assistente social e um educador social, em conjunto com as forças policiais (que já têm programas de sensibilização próprios, como é o caso do Projeto “Escola Segura”).

É também muito importante consciencializar pais e jovens sobre as consequências legais de determinados comportamentos, com base nas leis anteriormente expostas (LTE, Regime Penal Especial para Jovens e LPCJP).

### Tarefa 2

Desenvolvimento de competências pró-sociais: aqui inclui-se resolução de conflitos, competências de tomada de decisão, competências de regulação emocional (controlo da agressividade/ autocontrolo), tomada de perspectiva do outro, orientação para atividades criativas de preferência áreas de interesse do jovem, que potenciem a sua formação académica e profissional.

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Para esta tarefa, é necessário uma equipa multidisciplinar que potenciará as sessões e atividades a realizar neste âmbito. Estas sessões podem ser realizadas em âmbito escolar como atividades extracurriculares, de modo a não retirar aos alunos tempo de aula.

No que diz respeito às estratégias de resolução de conflitos, tomada de decisão e perspetiva do outro, é muito importante que nas sessões realizadas se desenvolvam atividades como o *role-play*, que consiste na interpretação de papéis; aqui é dado uma questão-problema para que o jovem possa compreender a situação e criar mecanismos de resolução do problema. Deve igualmente encorajar-se os jovens à construção de posters e *flyers* de divulgação de certas problemáticas, de forma a integrá-los nas atividades.

Para que este programa funcione, é importante ter em conta o tamanho do grupo a quem vai ser administrado o programa, isto porque neste caso, é mais fácil de trabalhar e o programa tem mais sucesso se os grupos forem pequenos (entre 10 a 12 alunos). No trabalho a desenvolver a nível individual, podemos utilizar técnicas como o “retrato-robô”, que consiste em confrontar o indivíduo consigo próprio e ajuda a um melhor conhecimento do sujeito e também ao autoconhecimento; nas atividades de processo de tomada de decisões e de maturidade individual, é importante utilizar o “processo incidente”. Quando falamos em atividades de grupo, para além do *role-play*, podemos utilizar as técnicas do *training group*.

### Tarefa 3

Desenvolver ações de formação direcionadas para os pais: é importante investir em formações de treino de competências parentais, em que são realizadas diversas sessões de esclarecimento de competências educacionais adequadas; é necessário dar aos pais as “ferramentas” necessárias que proporcionem uma melhor educação aos filhos; estas formações são administradas pela equipa multidisciplinar e não é exclusiva para os pais dos jovens problemáticos e delinquentes, pode também estender-se para os encarregados de educação que o pretendam, embora, preferencialmente a população alvo destas formações sejam os pais dos jovens problemáticos; nestas sessões, o tamanho do grupo não deve exceder os 20 encarregados de educação, de modo a que seja mais fácil de trabalhar com o grupo.

Para além destas formações, é importante também investir no treino de competências educacionais: nestas sessões serão ministradas e demonstradas práticas educativas corretas como maior supervisão parental, acompanhamento das atividades dos filhos, promover um maior acompanhamento em relação às atividades escolares e a nível da aprendizagem, promover a utilização de mecanismos de castigo para atividades e comportamentos indesejáveis (e.g.: em vez dos castigos físicos, utilizar a retirada de privilégios como não ver televisão, não utilizar o computador, não sair com os amigos, entre outros). Aqui, o tamanho do grupo não deve exceder os 20 encarregados de educação, como forma de ser uma maneira mais fácil de transmitir a informação e porque os métodos a utilizar, para obter resultados positivos, exigem que o grupo seja de tamanho reduzido; neste caso podemos utilizar as técnicas do *training group*, que visam provocar uma mudança ou mutação nas atitudes e crenças, visto que faz com que

os participantes obtenham ajuda num processo de reflexão e de tomada de consciência sobre o seu próprio comportamento e atitudes e sobre a sua possível mudança; podemos também utilizar atividades de *role-play* para recriar diversas situações.

Também é importante realizar com os pais treino de competências afetivas de modo a reforçar os vínculos familiares; aqui podemos utilizar como base de partida os programas *Behavioural Parent Training*, *Multisystemic Therapy* e *Functional Family Therapy* (ver Anexo 2 - em que consiste cada um destes programas). Para finalizar, é necessário investir na formação académica e profissional dos pais, devido ao facto de muitos nem terem concluído a escolaridade mínima obrigatória, e devem ser os modelos convencionais dos filhos.

Estas formações serão realizadas na Junta de Freguesia da área de residência, após ter sido estabelecido um protocolo para cedência de um espaço onde se possa ministrar as sessões; a calendarização será definida em função da quantidade de inscrições, em que o número de turmas tem relevância.

#### Tarefa 4

Definir estratégias escolares positivas, no sentido de promover estratégias de aprendizagem mais atrativas e interativas; promover o espírito de cooperação; inculcar e incluir o reforço dos comportamentos desejáveis, quer a nível de comportamentos pró-sociais do jovem quer do seu desenvolvimento escolar, de forma a motivar o jovem.

É também muito importante a promoção de vínculos positivos com os professores e escola e para tal é necessário promover atividades extracurriculares mais atrativas, que por sua vez, também vão potenciar uma diminuição do absentismo e abandono escolar, bem como diminuir a ligação com pares delinquentes e conseqüentemente atividades delituosas. É necessário fazer uma reorganização das turmas, isto é, não juntar numa só turma alunos repetentes e com problemas de comportamentos desviantes e absentismo escolar, mas sim dispersa-los por diversas turmas cuja grande maioria sejam alunos normativos, para que se mudem comportamentos.

Para reduzir eficazmente o absentismo escolar é necessário que haja uma colaboração estreita entre a escola e a comunidade, um ambiente de aprendizagem saudável e seguro, é preciso que haja um envolvimento familiar, no sentido de haver maior integração dos pais; o facto de haver várias alternativas extracurriculares alternativas é outro fator (ver Anexo 6, sobre diversas atividades de desporto escolar), porque cria um maior interesse no jovem, e como essas atividades são proporcionadas em contexto escolar, fazem com que ele tenha que permanecer no recinto escolar; haver estratégias de aprendizagem mais interativas, haver mais componentes tecnológicos e uma instrução e atenção individual faz reduzir o grande problema que é o absentismo escolar. Existem um programa que pode ser facilmente integrado neste programa: *Student Training Through Urban Strategies* (STATUS) (ver Anexo 3).

### Tarefa 5

Ações de formação para professores e auxiliares dos estabelecimentos de ensino: nestas formações é fulcral fornecer mecanismos para que estas pessoas saibam como agir com estes jovens, e para que estes possam atuar como uma figura modelo para os jovens; é também muito importante esclarecer estas figuras institucionais acerca do fenómeno da delinquência juvenil e o que isso implica.

Para que este programa tenha sucesso, importa que haja alterações na política disciplinar na escola e haja alterações no método de ensino, que como já foi referido anteriormente, tem que ser interativo e didático para “prender” a atenção dos jovens, e porque utilizar estratégias como, por exemplo, o *brainstorming*, é extremamente importante visto os alunos estarem a interagir e terem que dar ideias sobre determinado assunto e nenhuma ideia conta como estando errada, mas apenas se escolhem as mais adequadas para o caso. Os funcionários auxiliares da escola têm que estar informados sobre as problemáticas que mais preocupam a instituição e têm de ter formação em como lidar com diversas situações como, por exemplo, como lidar com casos de *bullying* e agressões.

Estas sessões terão a duração de 1h30, e serão realizadas em horário de trabalho, contando como uma formação, para que funcionários e professores não tenham que dispensar do seu tempo pessoal; como tal, as sessões serão ministradas pela equipa multidisciplinar, no estabelecimento de ensino, de modo a que não haja necessidade de deslocações para o exterior.

Programas que podem ser aqui incluídos são o *Promoting Action Through Holistic Education* e *Seattle Social Development Project* (ver Anexos 4 e 5 - em que consiste cada um destes programas).

### **VI. Duração e Continuidade**

Este programa terá a duração de 9/10 meses, sendo que irá coincidir como calendário escolar em vigor.

Todas as tarefas terão a mesma duração e deverão ocorrer em simultâneo para uma maior probabilidade de sucesso; assim, os cronogramas de todas as tarefas encontram-se presentes nos Anexos 14, 15, 16 e 17.

A ideia-chave do programa por mim apresentado é complementar e melhorar programas já existentes como o Programa Escolhas e o Programa TEIP.

## VII. Avaliação

Para sabermos se, de facto, a intervenção está ou não a ter sucesso, temos que proceder a avaliações constantes das tarefas implementadas, para que, no caso de haver falhas ou problemas, estes poderem ser rapidamente colmatados. Assim, passo a enumerar a avaliação para cada objetivo do programa:

- Objetivo 1 – é necessário, junto da direção da escola avaliar o número de alunos matriculados no início do ano para depois ao longo do ano ser possível medir a quantidade de jovens que abandonaram a escola, bem como contabilizar o registo de faltas injustificadas (para quantificar o absentismo escolar). No final de cada período letivo é importante realizar a contabilização destes dados, para que no final do período seguinte seja possível fazer uma análise comparativa.
- Objetivo 2 – este objetivo será avaliado mediante o número de inscrições a cada uma das atividades disponibilizadas pela escola, bem como o número de desistências das anteriores inscrições; deve também interligar-se com a avaliação do objetivo anterior, na medida em que com uma visão aproximada do número de alunos que abandonaram a escola ou faltam constantemente às aulas, poderá concluir-se o grau de vinculação à escola e aos professores.
- Objetivo 3 – para este objetivo é possível apurar junto da direção da escola o número de alunos com problemas disciplinares. É importante ao longo do 1º período ir registando os incidentes e sua origem, de modo a que aquando da 2ª avaliação (no 2º período) seja possível verificar se as tarefas e atividades realizadas com esses jovens foram ou não eficazes, para que no caso de haver um aumento de casos de alunos alvos de sanção disciplinar, ser possível avaliar o porquê para reformulação das intervenções.
- Objetivo 4 – é possível apurar junto da associação de pais o número de Encarregados de Educação envolvidos, bem como a presença destes nas tarefas que para eles foram propostas e também a sua comparência na escola quando das reuniões dos professores com os Encarregados de Educação.
- Objetivo 5 – na última semana de cada período é necessário realizar uma atividade de *role-play* e focus grupo, em que os Encarregados de Educação demonstram os conhecimentos adquiridos ao longo do período.

Estas avaliações serão realizadas pelos profissionais das equipas multidisciplinares que administram as atividades.

No final de cada período é realizada a avaliação de cada tarefa proposta, realizando-se a análise comparativa dos dados anteriores.

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Após terminar a duração do programa é necessário que haja um *follow-up*, no sentido de avaliar se o programa teve sucesso e se as melhorias de prolongam no tempo, se as competências adquiridas se mantiveram bem como se os comportamentos indesejáveis diminuíram ou se extinguíram por completo.

Assim sendo, recomenda-se que sejam realizadas as seguintes avaliações aos participantes do programa:

- ✓ 3 meses após o termino do programa;
- ✓ 6 meses após o termino do programa;
- ✓ 9 meses após o termino do programa;
- ✓ 12 meses após o termino do programa;
- ✓ 18 meses após o termino do programa;
- ✓ 24 meses após o termino do programa.

### **VIII. Resultados Esperados/ Discussão**

Com base nos inquéritos e entrevistas a realizar, esperamos saber quais os principais problemas identificados (absentismo e abandono escolar, consumo de álcool, de tabaco e de estupefacientes, vandalismo, pequenos furtos, comportamentos anti-sociais, delinquência grupal, nível socioeconómico desfavorável bem como o nível de formação profissional e área de residência).

Podemos depreender que há uma crescente necessidade de intervenção na delinquência juvenil e como tal, as medidas anteriormente apresentadas têm o intuito de prevenir e reprimir os comportamentos observados com maior frequência entre os jovens dentro desta faixa etária.

Para que o programa seja eficaz é necessário efetuar avaliações periódicas, de modo a saber se o programa está a produzir resultados positivos e caso isso não se verifique, identificar as razões atempadamente para que se possam fazer alterações para tornar este programa um sucesso.

Com este programa espero ver reduzidos os problemas de delinquência juvenil, bem como os casos de absentismo e abandono escolar, bem como de jovens que são alvo de sanções disciplinares devido a terem cometido alguma infração dentro do recinto escolar. É importante que as medidas a aplicar em contexto escolar, no âmbito das técnicas de aprendizagem sejam eficazes, para que se promovam os vínculos à escola e professores, que automaticamente diminui a associação a pares delinquentes, logo diminuindo os números da delinquência juvenil.

Os familiares destes jovens são também figuras muito importantes e também é esperado que fazem uso das técnicas de educação parental de forma adequada, e que reforcem comportamentos positivos e anulem os comportamentos indesejáveis, com castigos, retirada de benesses.

## **IX. O Contributo do Criminólogo**

O Criminólogo tem funções imprescindíveis no apoio e intervenção com jovens delinquentes.

Como tal, as suas capacidades e funções são:

- Realizar uma análise, interpretação e explicação do fenómeno “Delinquência Juvenil”;
- Realizar uma correta avaliação do risco e sua gestão, bem como a análise de fatores de proteção;
- Estruturar intervenções psicossociais de modo a prevenir e intervir na delinquência;
- Mediador escolar;
- Realizar perícias da personalidade, previstas no art. 160º do Código de Processo Penal.

Na identificação dos fatores de risco e de proteção, é necessário avaliar os fatores dinâmicos (condição psicológica ou social, que estão em constante mudança) e os fatores estáticos (e.g: antecedentes familiares, entre outros). Com a avaliação destes fatores, podemos avaliar a probabilidade de reocorrência de violência e de comportamentos desviantes. Para avaliar o risco, o criminólogo pode efetuar entrevistas com o jovem, os seus familiares e outros informantes-chave (e.g.: escola). A intervenção tem que se ajustar em função do grau de risco existente, que pode ir desde o reduzido, moderado, até ao elevado.

No que concerne à mediação escolar, o criminólogo pode assumir uma função importantíssima na resposta a uma grande diversidade de problemas tais como absentismo, abandono e insucesso escolar e até violência em contexto escolar.

Para que esta mediação seja eficaz é necessário haver equipas multidisciplinares nas escolas, equipas estas compostas por: um criminólogo, um psicólogo, um assistente social, um educador social e os atores escolares (professores, auxiliares, membros da direção, membros da associação de pais).

## **X. Conclusão**

É um facto que a delinquência juvenil é uma problemática em ascensão. Como tal, é necessário investir esforços para contrariar esse fenómeno. Aqui, é fundamental a presença do Criminólogo, não só para estudar o fenómeno em si, mas também para criar estratégias para o combater.

Podemos então concluir que a delinquência juvenil é um fenómeno que por norma tem início coincidente com o início da adolescência, e que atinge o seu pico aos 17 anos de idade. Este fenómeno pode dever-se a diversos motivos, sejam eles derivados de problemas a nível familiar, a nível da escola, relacionado com a área de residência e sem dúvida alguma, devido a fatores individuais do jovem, bem como problemas do foro cognitivo e psicológico.

Visto que este fenómeno começa a ter um início cada vez mais precoce, é necessário intervir atempadamente; as escolas, a própria comunidade têm que estar munidas de recursos, nomeadamente humanos, recursos esses constituídos por profissionais como o criminólogo, psicólogo, assistente social e educador social, porque só com uma equipa multidisciplinar é possível ter sucesso no combate à delinquência juvenil.

Para que, de facto, se possa ver este fenómeno diminuído, é necessário criar medidas (realizar um projeto de prevenção e intervenção) que têm que ser aplicadas a vários níveis como individual, familiar, escolar e comunitário, e é isso que é apresentado nos capítulos anteriores. É necessário fortalecer os vínculos do jovem com a família e com a escola, mostrando-lhe que não há uma única opção, mas sim diversas saídas e todas elas normativas e que podem levar o jovem a atingir os seus objetivos pessoais de forma pró-social; é fulcral a mudança de mentalidades, no sentido em que tem que se reconhecer que a delinquência juvenil é um problema gravíssimo porque são as gerações futuras que estão em risco; para isso, é necessário que haja uma boa coordenação e cooperação entre os diversos meios de controlo formal como escolas, hospitais, centros de saúde, forças policiais, câmaras e juntas de freguesia, para que possa existir uma abordagem a vários níveis, incluindo toda a sociedade.

Aplicando um conjunto diversificado de medidas como as apresentadas ao longo deste trabalho é possível diminuir este fenómeno.

## XI. Bibliografia

Benavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: Da Disfunção Social à Psicopatologia, v. 20, n 4, pp. 637- 645.

Born, M. (2003). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa, Porto Editora.

Center for the Study and Prevention of Violence – University of Colorado Boulder. [Em linha]. Disponível em <[www.colorado.edu/cspv/blueprints/index.html](http://www.colorado.edu/cspv/blueprints/index.html)>. [Consultado em 14/7/2013].

Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Casa das Letras/ Editorial Notícias.

Direção Geral da Educação. [Em linha]. Disponível em <[www.area.dgdc.min-edu-pt/download/REL\\_TEIP\\_2010\\_11.pdf](http://www.area.dgdc.min-edu-pt/download/REL_TEIP_2010_11.pdf)>. [Consultado em 13/7/2013].

Durkheim, E. (1987). *O Suicídio: Estudo Sociológico*. Pp 239- 253. Editorial Presença, Lisboa.

Ferreira, P.M. (1997). Delinquência Juvenil, Família e Escola. *Análise Social*, v. XXXII (4º e 5º), n 143-144, pp. 913 – 924.

Governo de Portugal. [Em linha]. Disponível em <[www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327\\_RASI%202012\\_versão%20final.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_versão%20final.pdf)>. [Consultado em 2/7/2013].

Gov.UK. [Em linha]. Disponível em <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/182548/DFE-RR111.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/182548/DFE-RR111.pdf)>. [Consultado em 14/7/2013].

Gov.UK. [Em linha]. Disponível em <<https://www.gov.uk/youth-crime-pevention-programmes/what-these-programmes-are-and-how-they-work>>. [Consultado em 14/7/2013].

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. [Em linha]. Disponível em <[www.programaescolhas.pt/\\_cf/356618](http://www.programaescolhas.pt/_cf/356618)>. [Consultado em 13/7/2013].

KCR. [Em linha]. Disponível em <[www.kcr.ca](http://www.kcr.ca)>. [Consultado em 20/7/2013].

Laranjeira, C.A. (2007). A Análise Psicossocial do jovem Delinquente: Uma Revisão de Literatura. *Psicologia em Estudo*, v.12, n2, pp. 221 – 227.

Lösel, F. & Farrington, D.P. (2012). Direct Protective and Buffering Protective Factors in Development of Youth Violence. *American Journal of Preventive Medicine*, No 43, pp. 8-23.

Merton, R. K. Social Structure and Anomie. *American Sociological Review*, v. 3, issue 5, pp. 672 – 682.

Multisystemic Therapy Services. [Em linha]. Disponível em <[www.mstservices.com](http://www.mstservices.com)>. [Consultado em 20/7/2013].

Murray, J. & Farrington, D.P. (2010). Risk factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, vol 55, No 10, pp. 633-642.

National Conference of State Legislatures. [Em linha]. Disponível em <[www.ncsl.org/documents/cj/jjguidebook-delinquency.pdf](http://www.ncsl.org/documents/cj/jjguidebook-delinquency.pdf)>. [Consultado em 20/7/2013].

Negreiros, J. (2008). *Delinências Juvenis: Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Livpsic Ed.

Newburn, T. (2009). *Key Readings in Criminology*. Pp 162-169 William Publishing, USA.

Observatório Permanente da Juventude. [Em linha]. Disponível em <<http://www.opj.ics.ul.pt/>>. [Consultado em 2/7/2013]

Office of Justice Programs. [Em linha]. Disponível em <[www.ojp.gov/ProgramPlan/section3.htm](http://www.ojp.gov/ProgramPlan/section3.htm)>. [Consultado em 20/7/2013].

Small, S.A. et al. (2005). What Works Wisconsin: What Science Tells Us About Cost-Effective Programs for Juvenile Delinquency Prevention. [Em linha]. Disponível em <[www.whatworks.uwex.edu/attachement/whatworkswisconsin.pdf](http://www.whatworks.uwex.edu/attachement/whatworkswisconsin.pdf)>. [Consultado em 18/7/2013].

The Incredible Years. [Em linha]. Disponível em <<http://incredibleyears.com/programs>>. [Consultado em 18/7/2013]

U.S. Department of Justice. [Em linha]. Disponível em <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/204274.pdf>>. [Consultado em 18/7/2013].

## **XII. Anexos**

**Anexo 1**

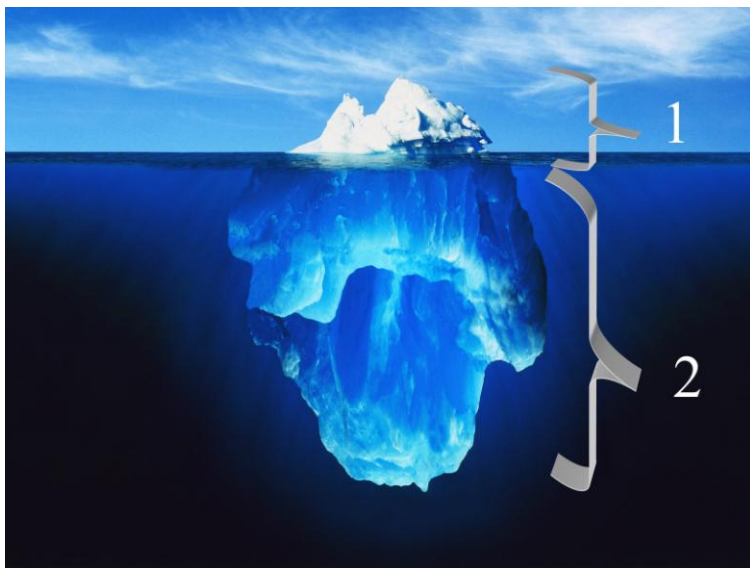


Fig. 1 – Cifras Negras

1. Criminalidade conhecida, declarada e com tratamento judiciário
2. Criminalidade desconhecida, não declarada

## Anexo 2

### Programas:

*Behavioural Parent Training* (BPT) – em português, Treino de Comportamentos Parentais.

Consiste em treinar os pais para serem consistentes em reforçar comportamentos positivos e em punir comportamentos hostis.

Este programa é mais eficaz quando aplicado a pequenos grupos (com 10 elementos no máximo) e quando administrado a pais de crianças de 10 anos e mais.

*Multisystemic Therapy* (MST) – em português significa terapia/abordagem multissistémica.

Consiste numa intervenção terapêutica intensiva, individual e em casa, para jovens de alto risco. Dependendo das necessidades do jovem, o programa MST pode incluir o treino de competências para o jovem, treino de competências parentais, abordagens associadas à redução da associação a pares desviantes e medidas para melhorar o aproveitamento académico e o vínculo à escola.

O principal objetivo deste programa é ajudar os pais a compreender e ajudar os seus filhos a ultrapassarem problemas comportamentais.

Este programa ajuda as famílias a criarem uma rede de apoio social, que inclua amigos, outros familiares, vizinhos e membros da comunidade. O MST é providenciado em casa, na escola ou outro local comunitário.

É aconselhável que o técnico que acompanha a família tenha só 4 a 6 casos, de modo a que possa estar disponível 24h, 7 dias por semana para providenciar a devida terapia.

A duração média deste programa é de 4 meses, que inclui cerca de 60h de contacto com a família.

Avaliações feitas a este programa demonstram entre 25 a 70% de redução de probabilidade de reincidência. As famílias que foram alvo deste programa mostraram melhorias comprovadas no funcionamento familiar e diminuições em problemas psicológicos no jovem.

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

*Functional Family Therapy* (FFT) – em português significa terapia familiar funcional

Consiste numa intervenção de base clínica que inclui 3 fases terapêuticas:

- 1º Fase de compromisso e motivação em que são utilizadas técnicas de reformulação, usadas para reduzir percepções incorretas, bem como crenças e emoções no seio da família;
- 2º Aplicar técnicas de mudança de comportamentos imediata, e a longo prazo.
- 3º Nesta fase, as famílias são ensinadas a aplicar as capacidades que adquiriram, em diferentes contextos (e.g.: na escola, na comunidade, entre outros).

Este programa é aplicado em diferentes contextos, de modo a auxiliar jovens de alto risco e as suas famílias; a sua população alvo são jovens entre os 11 e os 18 anos.

Em média, cada jovem participante e a respetiva família frequentam 12 sessões de 1h cada, ao longo de 3 meses; casos mais específicos e complicados requerem entre 26h a 30h de trabalho. Por norma, cada terapeuta não deve ultrapassar a média de 12 a 16 famílias, de modo a proporcionar um acompanhamento uniforme a todas.

### Anexo 3

#### Programa:

#### Student Training Trough Urban Stategies (STATUS)

Este programa combina uma mudança no ambiente escolar com uma reestruturação das turmas e da educação, de modo a fortalecer o vínculo entre os jovens e a comunidade.

A população alvo deste programa são jovens de alto risco que frequentam o 3º ciclo e ensino secundário.

Os seus pontos-chave são:

- Existir um líder na turma (delegado de turma), que permite que os jovens possam participar ativamente nas políticas da escola e na resolução de problemas;
- Existência de profissionais treinados e preparados para dar suporte e facilitar os esforços dos alunos;
- A existência de gabinetes ativos na comunidade que providenciem recursos e ajuda aos jovens;
- Reuniões com os pais de modo a aumentar o conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelos filhos e também sobre as ofertas de atividades existentes permitindo que os pais tenham um papel importante nas decisões da escola;

Este programa deu provas de diminuir a delinquência, diminuir o envolvimento com pares delinquentes e melhorar o aproveitamento dos alunos participantes.

#### **Anexo 4**

##### Programa:

##### Promoting Action Through Holistic Education (PATHE)

A população alvo deste programa são jovens que frequentam o 3º ciclo e o ensino secundário, em risco de insucesso escola e subseqüente comportamento desviante.

Este programa foi delineado e implementado com uma parceria de funcionários, pais e membros da comunidade. Este grupo de pessoas identifica os principais problemas da escola e recebem a devida formação para que possam ser delineadas regras claras e soluções para resolver o problema.

Mais uma vez, deparamo-nos com um programa que evidencia a importância de atividades extracurriculares de modo a intensificar o vínculo com a escola; existem gabinetes próprios para serviço de aconselhamento aos jovens, o que promove um bom ambiente escolar.

As avaliações feitas a este programa demonstram uma diminuição na delinquência mais séria, nas suspensões e sanções disciplinares; registou-se um aumento dos vínculos com a escola bem como melhorias no aproveitamento escolar.

Importa referir que estas medidas têm maior sucesso quando combinadas com outras; e.g.: treino de competências parentais, terapia familiar, entre outras.

## **Anexo 5**

### Programa:

#### Seattle Social Development Project

Este, é um programa cuja intervenção é prolongada no tempo; a população alvo são crianças e jovens do 1º e 2º ciclos (mas é perfeitamente adaptável para jovens com mais idade); esta intervenção combina treino dos pais e professores para intervirem precocemente no desenvolvimento de laços pró-sociais e aumentar a vinculação à escola, de modo a diminuir a delinquência juvenil.

Um facto importante é que este programa é baseado na Teoria do Controlo Social, os professores recebem treino de competências de aprendizagem pró-ativas e de diversos estilos de intervenção através da cooperação entre os alunos (através da formação de pequenos grupos).

Estas estratégias visam promover regras claras e reforçar os comportamentos positivos e desejáveis.

Este programa também inclui, ao longo da sua duração, treino de competências parentais.

Avaliações deste programa mostraram uma diminuição nos comportamentos agressivos e anti-sociais e melhoria dos vínculos familiares.

Anexo 6 – Atividades Desporto Escolar

**Evolução do número de Praticantes por Modalidade - 2007/2011**

2007/2008	2008/2009		2009/2010		2010/2011			
MODALID	Prat.	% R.Tot.	Prat.	% R.Tot.	Prat.	% R.Tot.	Prat.	% R.Tot.
<b>ADE</b>								
Futsal	30.930	24,2%	32.512	22,8%	33.628	21,2%	35.059	20,4%
Voleibol	15.071	11,8%	16.054	11,3%	18.240	11,5%	20.171	11,7%
Badminton	8.016	6,3%	10.271	7,2%	12.335	7,8%	14.222	8,3%
Natação	8.332	6,5%	9.634	6,8%	10.507	6,6%	12.205	7,1%
Basquetebol	9.464	7,4%	9.696	6,8%	11.160	7,0%	11.893	6,9%
Ténis de Mesa	7.437	5,8%	8.378	5,9%	10.002	6,3%	10.996	6,4%
Actividades Rítmicas Expressivas	7.824	6,1%	8.876	6,2%	10.400	6,6%	9.875	5,7%
Desportos Gímnicos	7.675	6,0%	8.315	5,8%	9.160	5,8%	9.808	5,7%
Andebol	5.314	4,1%	5.861	4,1%	6.410	4,0%	7.129	4,1%
Atletismo	5.087	4,0%	6.064	4,3%	6.610	4,2%	7.082	4,1%
Xadrez	2.739	2,1%	3.520	2,5%	3.822	2,4%	4.616	2,7%
Multiactividades de Ar Livre	3.977	3,1%	4.001	2,8%	3.920	2,5%	4.563	2,6%
Ténis	3.094	2,4%	3.791	2,7%	3.974	2,5%	3.996	2,3%
Perícias e Corrida de Patins	1.758	1,4%	1.975	1,4%	2.583	1,6%	2.688	1,6%
BTT	1.199	0,9%	1.468	1,0%	1.747	1,1%	1.952	1,1%
Golfe	1.399	1,1%	1.549	1,1%	1.565	1,0%	1.756	1,0%
Orientação	1.350	1,1%	1.624	1,1%	1.717	1,1%	1.725	1,0%
Canoagem	977	0,8%	1.211	0,9%	1.428	0,9%	1.540	0,9%
Tiro com Arco	647	0,5%	724	0,5%	949	0,6%	1.225	0,7%
Escalada	855	0,7%	1.003	0,7%	1.144	0,7%	1.085	0,6%
Outras	1.859	1,5%	2.157	1,5%	3.107	2,0%	996	0,6%
Rugby	249	0,2%	389	0,3%	793	0,5%	975	0,6%
Surf		0,0%	0,0%		0,0%	910		0,5%
Boccia	270	0,2%	463	0,3%	551	0,3%	856	0,5%
Judo	549	0,4%	588	0,4%	687	0,4%	737	0,4%
Jogos Tradicionais e Populares	402	0,3%	564	0,4%	574	0,4%	589	0,3%
Desportos Adaptados		0,0%	0,0%		0,0%	567		0,3%
Vela	272	0,2%	322	0,2%	461	0,3%	555	0,3%
Triatlo		0,0%	0,0%		0,0%	444		0,3%
Basebol e Softbol	364	0,3%	390	0,3%	328	0,2%	376	0,2%
Esgrima	279	0,2%	280	0,2%	280	0,2%	351	0,2%
Hóquei Campo		0,0%	0,0%		0,0%	348		0,2%
Corfebol	212	0,2%	197	0,1%	358	0,2%	311	0,2%
Hípismo		0,0%	0,0%		0,0%	212		0,1%
Prancha à Vela	244	0,2%	236	0,2%	120	0,1%	153	0,1%
Goalbal	29	0,0%	39	0,0%	63	0,0%	119	0,1%
Luta	105	0,1%	40	0,0%	33	0,0%	75	0,0%
Remo	82	0,1%	94	0,1%	80	0,1%	65	0,0%
BMX		0,0%	0,0%		0,0%	-		0,0%
Várias	4	0,0%	-		0,0%	0,0%	0,0%	
<b>Total Geral</b>	<b>128.065</b>	<b>100,0%</b>	<b>142.286</b>	<b>100,0%</b>	<b>158.736</b>	<b>100,0%</b>	<b>172.225</b>	<b>100,0%</b>

Nota: O critério utilizado para ordenação das modalidades foi o do maior número de Praticantes em 2010-2011.

**Anexo 7**

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito do estudo “Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”, que está a ser desenvolvido pela aluna Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes, no âmbito do seu Projeto de Graduação, para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa.

O inquérito é anónimo, pelo que não deverá apresentar qualquer elemento que permita a sua identificação.

Todas as informações recolhidas serão confidenciais.

Agradeço a tua colaboração e disponibilidade.

Idade: _____	Com quem vives: _____
Sexo: Masculino: <input type="checkbox"/> Feminino: <input type="checkbox"/>	Tem irmãos? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>
Ano que Frequentas: _____	Se sim, quantos: _____
Idade da Mãe: _____	Habilitações Académicas da Mãe: _____
Idade do Pai: _____	Habilitações Académicas do Pai: _____
Idade do(s) Irmão(s): _____	
Profissão da Mãe: _____	
Profissão do Pai: _____	

No grupo seguinte, assinala a tua resposta numa escala de 1 a 5 em que:

- 1- Discordo Totalmente
- 2- Discordo
- 3- Não Discordo nem Concordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo Totalmente

Grupo I – Eu e o meu ambiente familiar

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
1- Sinto-me sozinho.					
2- Sinto-me isolado.					
3- O facto de me sentir sozinho desespera-me.					
4- O facto de me sentir isolado desespera-me.					
5- Sinto que tenho pouca sorte.					
6- Tenho confiança nas minhas capacidades.					
7- Tenho dificuldade em cumprir ordens.					
8- Sou impulsivo.					
9- Considero que sou uma pessoa agressiva.					
10- Estou satisfeito com o tamanho do meu grupo de amigos.					
11- Estou satisfeito com o tipo de amigos que tenho.					
12- Tenho facilidade em confiar nos outros.					
13- Quando penso nas minhas atitudes perante os meus pais sinto-me culpado.					
14- Os meus pais dão-me carinho.					
15- Gostava de ter mais atenção por parte dos meus pais.					
16- Sinto que os meus pais não me valorizam.					
17- Sinto que as atitudes menos corretas que tenho se devem ao facto dos meus pais não se preocuparem comigo.					
18- Tenho uma boa relação com os meus pais.					
19- Gostava que os meus pais se preocupassem mais comigo.					
20- Sou muito ligado(a) à minha família.					
21- Tive uma infância feliz.					
22- Sinto que os meus pais não gostam de mim.					
23- Os meus pais eram muito rígidos na minha infância.					
24- Sinto-me rejeitado pelos meus pais.					
25- Os meus pais já se bateram.					

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

26- O meu ambiente familiar é agradável.					
27- A minha mãe é muito próxima de mim.					
28- A minha mãe procura consolo junto de mim.					
29- O meu pai é muito próximo de mim.					
30- O meu pai procura consolo junto de mim.					

No grupo seguinte, assinala a tua resposta numa escala de 1 a 5 em que:

- 1- Discordo Totalmente
- 2- Discordo
- 3- Não Discordo nem Concordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo Totalmente

### Grupo II – Consumos

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
1- A minha mãe é consumidora de droga.					
2- O meu pai é consumidor de droga.					
3- A minha mãe consome bebidas alcoólicas.					
4- O meu pai consome bebidas alcoólicas.					
5- Quando a minha mãe consome droga fica agressiva.					
6- Quando a minha mãe consome álcool fica agressiva.					
7- Quando o meu pai consome droga fica agressivo.					
8- Quando o meu pai consome álcool fica agressivo.					

As seguintes questões referem-se a consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e várias outras drogas.

Abordam igualmente aspetos relacionados com as relações sociais. Procura responder com objetividade e honestidade às várias questões apresentadas. Lembra-te que as respostas são anónimas e confidenciais

As questões seguintes são sobre o Consumo de Tabaco.

1. Quantas vezes na tua vida fumas-te cigarros?

- |           |                          |                  |                          |
|-----------|--------------------------|------------------|--------------------------|
| Nenhuma   | <input type="checkbox"/> | 10-19 vezes      | <input type="checkbox"/> |
| 1-2 vezes | <input type="checkbox"/> | 20-39 vezes      | <input type="checkbox"/> |
| 3-5 vezes | <input type="checkbox"/> | 40 ou mais vezes | <input type="checkbox"/> |
| 6-9 vezes | <input type="checkbox"/> |                  |                          |

(se nunca fumas-te cigarros passa para a questão 4)

2. Com que frequência fumas-te cigarros nos últimos 30 dias?

- |                                |                          |
|--------------------------------|--------------------------|
| Não fumei                      | <input type="checkbox"/> |
| Menos de um cigarro por semana | <input type="checkbox"/> |
| Menos de um cigarro por dia    | <input type="checkbox"/> |
| 1-5 cigarros por dia           | <input type="checkbox"/> |
| 6-10 cigarros por dia          | <input type="checkbox"/> |
| 11-20 cigarros por dia         | <input type="checkbox"/> |
| Mais de 20 cigarros por dia    | <input type="checkbox"/> |

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

3. Quando começaste a fumar, foi com alguma das seguintes pessoas? (assinala todas as situações que interessam)

- Nunca fumei
- Com o(a) namorado(a)
- Com amigos(as)
- Com um familiar
- Sozinho

4. Se tu fumasses cigarros no próximo mês, achas que podia acontecer:

	Muito Provável	Provável	Pouco Provável	Nada Provável
a) Ter problemas com os meus pais/pai/mãe.				
b) Ter problemas com os amigos.				
c) Tornar-me viciado(a).				
d) Sentir-me mais relaxado(a).				
e) Ter problemas com dinheiro.				
f) Divertir-me mais.				
g) Tornar-me mais popular.				
h) Ser mais confiante.				

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

As seguintes questões são sobre Bebidas Alcoólicas (incluindo cerveja, vinho e bebidas destiladas ou fortes).

5- Quantas vezes tomaste bebidas alcoólicas? (assinala apenas uma resposta para cada linha).

Número de vezes

	0	1-2	3-5	6-9	10-19	20-39	40 ou mais
a) Ao longo da vida.							
b) Nos últimos 12 meses.							
c) Nos últimos 30 dias.							

6- Se tu bebesses álcool no próximo mês achas que podia acontecer:

	Muito Provável	Provável	Pouco Provável	Nada Provável
a) Ter problemas com a Polícia.				
b) Ter maus resultados na escola.				
c) Ter problemas com os pais/pai/mãe.				
d) Ser expulso da escola.				
e) Ter problemas com os amigos.				
f) Tornar-me viciado.				
g) Ter problemas com dinheiro.				
h) Sentir-me mais relaxado(a).				
i) Ter mais amigos.				
j) Divertir-me.				
k) Tornar-me mais popular				
l) Esquecer os meus problemas.				
m) Ser mais confiante.				

7- Quantas vezes bebeste uma bebida alcoólica?

(se nunca bebes-te passa para a questão 15)

- Nunca
- Uma ou menos vezes ao mês
- De 2 a 4 vezes ao mês
- De 2 a 3 vezes na semana
- 4 ou mais vezes na semana

8- Pensa no que aconteceu nos últimos 30 dias. Quantas vezes tomas-te as seguintes bebidas?  
(assinala apenas uma resposta para cada linha).

	0	1-2	3-5	6-9	10-19	20-39	40 ou mais
a) cerveja							
b) vinho (branco/tinto/espumante)							
c) bebidas destiladas *							

\*E.g.: shots, whisky, vodka, tequila, aguardente, brandy, rum, etc..

9- A última vez que consumiste bebidas alcoólicas, bebeste cerveja? Em caso afirmativo, qual foi a quantidade?

- Não bebo cerveja
- Não bebi cerveja na última vez que bebi bebidas alcoólicas
- Menos de uma garrafa ou lata (< 33cl)
- 1-2 garrafas ou latas (33 - 66 cl)
- 3-4 garrafas ou latas (99 – 132cl)
- 5 ou mais garrafas ou latas (> 132cl)

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

10- A última vez que consumiste bebidas alcoólicas bebeste vinho ou espumante? Em caso afirmativo, qual foi a quantidade?

- Não bebo vinho/espumante
- Não bebi vinho/espumante na última vez que bebi bebidas alcoólicas
- Menos de um copo (< 10cl)
- 1-2 copos (10 – 20cl)
- Meia garrafa (37cl)
- Uma garrafa ou mais (< 75cl)

11- A última vez que consumiste bebidas alcoólicas bebeste bebidas destiladas? Em caso afirmativo, qual foi a quantidade?

- Nunca bebo bebidas destiladas
- Não bebi bebidas deslitas na última vez que bebi bebidas alcoólicas
- Menos de uma bebida (< 5cl)
- 1-2 bebidas (5 – 10 cl)
- 3-5 bebidas (11 – 25cl)
- 6 bebidas ou mais (< 30cl)

12- Pensa no que aconteceu nos últimos 30 dias. Quantas vezes tomaste 5(cinco) ou mais bebidas alcoólicas seguidas?

- Nenhuma
- Uma vez
- Duas vezes
- 3 – 5 vezes
- 6 – 9 vezes

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

13- Quantas vezes ficaste embriagado(a)? (assinala apenas uma resposta para cada linha)

	0	1-2	3-5	6-9	10-19	20-39	40 ou mais
a) Ao longo da vida							
b) Nos últimos 12 meses							
c) Nos últimos 30 dias							

14- Alguma vez na tua vida o consumo de bebidas alcoólicas provocou os seguintes problemas?  
(assinala apenas uma resposta para cada linha)

	Nunca	1x	2 xs	3 ou mais vezes
a) Discussão ou conflito.				
b) Problemas nas relações com os teus pais.				
c) Um acidente ou ferimento.				
d) Problemas nas relações com os teus amigos.				
e) Problemas na relação com o teu/tua namorado(a).				
f) Reduziu o teu rendimento escolar.				
g) Fez com que conduzisses uma motorizada ou carro sob influência de álcool.				
h) Problemas com a Polícia.				

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

As questões que se seguem são sobre Outras Drogas.

15- Da lista de substâncias psicoativas (drogas), assinala a resposta adequada em cada linha.

	Nunca ouvi falar	Já ouvi falar mas não conheço os efeitos	Conheço os efeitos do consumo
a) Tabaco.			
b) Álcool.			
c) Cannabis (haxixe, erva...).			
d) Ecstasy (pastilhas, rodas, MDMA).			
e) Cocaína (branca...).			
f) Heroína (castanha, cavalo...).			
g) Ácidos, LSD.			
h) Cogumelos mágicos			
i) Esteróides Anabolizantes			
j) Psicofármacos (calmantes, comprimidos para dormir).			
k) Inalantes (colas, sprays, diluentes...).			

16- Da lista de frases seguinte, diz-nos o que achas... (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	Concordo	Discordo	Não sei
a) As drogas são todas ilegais.			
b) O álcool é uma substância estimulante.			
c) Consumir haxixe não causa dependência.			
d) O ecstasy causa sonolência.			
e) O tabaco não é uma droga.			

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

f) A heroína é uma droga que cria dependência.			
g) A cocaína aumenta a energia física e mental.			
h) As drogas alteram o funcionamento do sistema nervoso.			
i) A mesma substância pode ter efeitos diferentes em pessoas diferentes.			

17- Diz-nos o que achas acerca das seguintes afirmações. (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
a) Consumir drogas dá prazer.					
b) Os jovens nunca deveriam experimentar drogas.					
c) Usar drogas é divertido.					
d) Há muitas coisas mais perigosas do que consumir drogas.					
e) Os jovens consomem drogas porque têm mau ambiente familiar.					
f) Os jovens consomem drogas porque há muita oferta de drogas.					
g) As leis sobre as drogas deviam ser mais rígidas.					
h) As drogas ajudam as pessoas a ter uma vida mais preenchida.					
i) As escolas devem contribuir com informação sobre os perigos do uso de drogas.					
j) A polícia devia vigiar os jovens que consomem drogas.					
k) Os jovens consomem drogas para não serem rejeitados pelos amigos que as tomam.					
l) Os jovens consomem drogas porque são influenciados pelos amigos.					

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

18- Qual foi a droga que experimentas-te pela primeira vez? (se nunca experimentas-te nenhuma destas drogas passa para a questão 22)

- Nunca experimentei qualquer das substâncias abaixo referidas
- Tranquilizantes ou sedativos sem prescrição médica
- Marijuana ou haxixe (ganza, charros)
- LSD (ácidos)
- Anfetaminas (speeds)
- Cocaína
- Heroína
- Colas ou Diluentes
- Ecstasy
- Cogumelos mágicos

19- Quantas vezes consumis-te marijuana/haxixe/ganza/charros? (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	0	1-2	3-5	6-9	10-19	20-39	40 ou mais
a) Ao longo da vida							
b) Nos últimos 12 meses							
c) Nos últimos 30 dias							

20- Quantas vezes cheiraste demoradamente substâncias como colas, vernizes e solventes por causa dos seus efeitos? (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	0	1-2	3-5	6-9	10-19	20-39	40 ou mais
d) Ao longo da vida							
e) Nos últimos 12 meses							
f) Nos últimos 30 dias							

21- Quantas vezes usaste as seguintes drogas? (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	0	1 - 2	3 - 5	6 - 9	10 - 19	20 - 39	40 ou mais
a) Cocaína							
b) Estimulantes, anfetaminas, speeds (sem prescrição médica)							
c) LSD (ácidos)							
d) Cogumelos mágicos							
e) Tranquilizantes, "drunfos" ou sedativos (sem prescrição médica)							
f) Heroína							
g) Ecstasy, MDMA							
h) Inalantes (colas, solventes)							

22- Com que idade começas-te a fazer as seguintes coisas? (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	Nunca	10 ou mais	11	12	13	14	15	16
a) Beber cerveja								
b) Beber vinho								
c) Beber bebida destilada								
d) Fumar o 1º cigarro								
e) Fumar cigarros diariamente								
f) Experimentar anfetaminas								

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

g) Experimentar tranquilizante ou sedativos								
h) Experimentar marijuana ou haxixe								
i) Experimentar LSD ou outros alucinogénios								
j) Experimentar cocaína								
k) Experimentar ecstasy								
l) Experimentar heroína								
m) Experimentar inalantes (cola, solventes)								

23- Quantos amigos teus achas que: (assinala apenas uma resposta para cada linha).

	Nenhum	Poucos	Alguns	Muitos	Não sei
a) Fumam cigarros					
b) Bebem bebidas alcoólicas					
c) Ficam embriagados pelo menos uma vez por semana					
d) Fumam haxixe					
e) Usam LSD					
f) Usam anfetaminas ou outros estimulantes					
g) Usam tranquilizantes ou sedativos					
h) Usam cocaína					
i) Usam ecstasy					
j) Usam heroína					
k) Usam inalantes (colas, entre outros)					

24- Em que medida seria difícil obteres as seguintes substâncias, caso estivesses interessado(a)?  
(assinala apenas uma resposta para cada linha).

	Impossível	Muito Difícil	Difícil	Fácil	Muito Fácil	Não sei
a) Cerveja						
b) Vinho/ Espumante						
c) Bebidas Destiladas						
d) Marijuana/ Haxixe						
e) LSD/ Ácidos						
f) Anfetaminas						
g) Tranquilizantes						
h) Cocaína						
i) Heroína						
j) Ecstasy, MDMA						
k) Cogumelos mágicos						
l) Inalantes						

25- Já cometi pelo menos um delito e quando cometi não fui apanhado pela Polícia. Sim   
Não

26- Cometo delitos com o meu grupo de amigos. Sim  Não

26.1- Qual/ Quais?

---



---



---

## Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

27- Em que contexto bebes bebidas alcoólicas?

---

28- Em que contexto fumas?

---

29- Em que contexto consumes substâncias psicoativas (drogas)?

---

### Grupo III – Eu e a Escola

No grupo seguinte, assinala a tua resposta numa escala de 1 a 5 em que:

- 1- Discordo Totalmente
- 2- Discordo
- 3- Não Discordo nem Concordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo Totalmente

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
1- Sinto dificuldades em concentrar-me nas aulas.					
2- Gosto da escola.					
3- Considero que a matéria das aulas é aborrecida.					
4- Considero que o que aprendo na escola tem utilidade prática na minha vida.					
5- Vou para a escola contrariado(a).					
6- Fujo da escola.					
7- Sinto que os meus professores estão desmotivados.					

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

8- Gosto dos meus professores.					
9- Gosto dos funcionários da escola.					
10- Sinto-me excluído pelos meus professores.					
11- Sinto-me excluído pelos meus colegas da escola.					

12- A escola oferece atividades extracurriculares. N  S

12.1- Qual/Quais? \_\_\_\_\_

13- Estou inscrito(a) numa atividade da escola. N  S

13.1- Qual/Quais: \_\_\_\_\_

14- Já estive suspenso na escola. N  S

Se sim, por que motivo:

\_\_\_\_\_

15- Já fui expulso da escola. N  S

Se sim, por que motivo:

\_\_\_\_\_

Grupo IV – Área de Residência

1- Gosto da zona onde vivo. S  N

2- Os meus amigos moram perto de mim. S  N

3- Existe criminalidade na minha área de residência. S  N

4- Há uma esquadra da PSP ou GNR na minha área de residência. S  N

5- O local onde habito está degradado. S  N

6- Existem iniciativas na minha área de residência. S  N  NS

Se sim, qual/quais:

\_\_\_\_\_

Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária

Quem a(s) fornece?

---

Obrigada pela tua colaboração!



## Anexo 8

### Guião de Entrevista

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Qual a sua profissão?
- 3- Que cargo ocupa na instituição?
- 4- Como classifica a relação dos jovens com os membros da escola (laços afetivos, vínculos)?
- 5- Com base no seu conhecimento acerca destes jovens, como considera a relação dos mesmos com as respetivas estruturas familiares (dinâmica familiar, relações, vínculos e laços afetivos)?
- 6- Com que frequência os encarregados de educação dos jovens se deslocam à escola? Por que motivos?
- 7- Tem conhecimento de algum/alguns jovem/jovens que tenha(m) praticado algum/alguns comportamento(s) menos aceitável(aceitáveis)?
- 8- Se sim, que tipo de ato(s)?
- 9- Esse(s) ato(s) foi/foram praticado(s) individualmente ou em grupo?
- 10- Quais são os motivos que considera estarem na base desses comportamentos?
- 11- Sente algum tipo de dificuldade em lidar com estes jovens?
- 12- Existe um grande número de alunos repetentes?
- 13- Se sim, de que forma estão distribuídos (nas turmas)?
- 14- No seu entender, quais são os principais problemas com que a escola se depara relativamente aos jovens?
- 15- Tem conhecimento se já foi ou está implementado algum programa para colmatar esses problemas?
- 16- Em caso afirmativo, quais os resultados desse programa?
- 17- Qual foi a reação da comunidade educativa (alunos, professores, funcionários, encarregados de educação)?
- 18- O que funcionou?
- 19- O que não funcionou?
- 20- O que considera que deveria ser feito para ultrapassar esses problemas?

**Anexo 9**

Autorização da Investigação

Ex.mo(a) Director(a) Geral dos Estabelecimentos Escolares,

Eu, Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes, aluna nº 23916 do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, autorização para proceder à implementação do “Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”.

O principal objetivo desta intervenção é a prevenção e redução de comportamentos anti-sociais e anti normativos, tais como o abandono escolar, de modo a diminuir o risco de delinquência juvenil, que terá a duração aproximada de um ano letivo.

Solicito, desde já, que me seja concedida a autorização para efetuar a mesma investigação nas instalações da escola.

Peço deferimento.

Atenciosamente e grata pela sua atenção,

---

Rita Gomes

Porto, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Anexo 10**

Autorização da Investigação

Ex.mo(a) Director(a) da Escola EB 2/3 Augusto César Pires de Lima,

Eu, Rita Isabel de Almeida Araújo Gomes, aluna nº 23916 do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, autorização para proceder à implementação do estudo “Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”.

O principal objetivo desta intervenção é a prevenção e redução de comportamentos anti-sociais e anti normativos, tais como o abandono escolar, de modo a diminuir o risco de delinquência juvenil, que terá a duração aproximada de um ano letivo.

Solicito, desde já, que me seja concedida a autorização para efetuar a mesma investigação nas instalações da escola.

Peço deferimento.

Atenciosamente e grata pela sua atenção,

---

Rita Gomes

Porto, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Anexo 11**

Declaração de Consentimento

Designação do Estudo:

“Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da minha participação no estudo a desenvolver no âmbito do Projeto de Graduação da aluna Rita Gomes, finalista da licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

Recebi a informação sobre o objetivo principal deste estudo, sendo ele compreender quais os principais problemas encontrados em relação aos jovens da escola EB 2/3 Augusto César Pires de Lima no Porto, onde participei numa entrevista realizada pela aluna/investigadora.

A informação que me foi prestada versou o enquadramento, objetivos e metodologia do estudo. Além disso, fui informado(a) que todos os dados por mim fornecidos serão confidenciais e que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação neste estudo, sem que isso possa ter qualquer efeito prejudicial.

Assim sendo, consinto participar no estudo acima referido, que inclui a realização da referida entrevista.

Autorizo a gravação da entrevista em áudio? Sim  Não

Assinatura do Participante:

---

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

A aluna/investigadora,

Rita Gomes

**Anexo 12**

Declaração de Consentimento

Designação do Estudo:

“Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da participação do meu educando \_\_\_\_\_, no estudo a desenvolver no âmbito do Projeto de Graduação da aluna Rita Gomes, finalista da licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

Recebi a informação sobre o objetivo principal deste estudo, sendo ele compreender quais os principais problemas encontrados em relação aos jovens da escola EB 2/3 Augusto César Pires de Lima no Porto, onde autorizo/ não autorizo (riscar o que não interessa) o meu filho a participar num questionário realizado pela aluna/investigadora.

A informação que me foi prestada versou o enquadramento, objetivos e metodologia do estudo. Além disso, fui informado(a) que todos os dados fornecidos serão confidenciais.

Assim sendo, autorizo o meu educando a participar no estudo acima referido, que inclui a aplicação do referido questionário.

Assinatura do Encarregado de Educação:

---

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

A aluna/investigadora,

Rita Gomes

**Anexo 13**

Declaração de Consentimento

Designação do Estudo:

“Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária”.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da minha participação no estudo a desenvolver no âmbito do Projeto de Graduação da aluna Rita Gomes, finalista da licenciatura em Criminologia, pela Universidade Fernando Pessoa.

Recebi a informação sobre o objetivo principal deste estudo, sendo ele compreender quais os principais problemas encontrados em relação aos jovens da escola EB 2/3 Augusto César Pires de Lima no Porto, onde participarei num questionário realizado pela aluna/investigadora.

A informação que me foi prestada versou o enquadramento, objetivos e metodologia do estudo. Além disso, fui informado(a) que todos os dados por mim fornecidos serão confidenciais e que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação neste estudo, sem que isso possa ter qualquer efeito prejudicial.

Assim sendo, consinto participar no estudo acima referido, que inclui a realização do referido questionário.

Assinatura do Participante:

---

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

A aluna/investigadora,

Rita Gomes

**Anexo 14**

Cronograma de Atividades

Tarefa 1

1º Período 2014

	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1ª semana				
2ª semana				
3ª semana				
4ª semana				
5ª semana				

2º Período 2015

	Jan.	Fev.	Março.
1ª semana			
2ª semana			
3ª semana			
4ª semana			
5ª semana			

3º Período 2015

	Abril	Maiio	Junho
1ª semana			
2ª semana			
3ª semana			
4ª semana			
5ª semana			

Legenda:

	Período de férias
	1
	2
	3
	4
	5

- 1- Definição do tema para a ação de sensibilização do 1º Período.
- 2- Início da pesquisa sobre o tema definido.
- 3- Construção de posters e *flyers* relativos ao tema definido.
- 4- Delinear como se irá proceder à ação de sensibilização.
- 5- Ação de sensibilização.

Exemplos de temas:

- 1- Consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e estupefacientes
- 2- *Bullying*
- 3- Implicações futuras do abandono escolar
- 4- Outros assuntos que os próprios alunos achem pertinentes

**Anexo 15**

Cronograma de Atividades

Tarefa 2

1º Período

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1ª semana		3	3	5	
2ª semana		3	3	5	
3ª semana	5	3	3	4	
4ª semana	5	3	3		
5ª semana	5	3	3		
Total	15	15	15	14	59

59 grupos de 12 alunos

2º Período

	Jan.	Fev.	Março	
1ª semana		4	5	
2ª semana	5	4	5	
3ª semana	5	4	5	
4ª semana	5	4	5	
5ª semana	5	3		
Total	20	19	20	59

3º Período

	Abril	Maio	Junho	
1ª semana		5	6	
2ª semana		5	6	
3ª semana	6	5	6	
4ª semana	6	5		
5ª semana	6	3		
Total	18	23	18	59

	Semanas para analisar os dados
--	--------------------------------

	Semanas para aplicar as atividades
--	------------------------------------

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
Das 16h30 às 18h30					

Em média, dá um grupo por cada dia da semana

## Anexo 16

### Cronograma de Atividades

#### Tarefa 3

Existem na escola 708 alunos.

Imaginando que inicialmente menos 200 inscrições de Encarregados de Educação (correspondente a 100 alunos).

Cada turma composta por 20 Encarregados de Educação (máximo permitido), ou seja, teremos 10 turmas/grupos.

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
Das 17h45 às 18h45	G1	G3	G5	G7	G9
Das 19h às 20h	G2	G4	G6	G8	G10

As atividades serão distribuídas da seguinte forma:

- 1ª semana: treino de competências parentais
- 2ª semana: treino de competências educacionais
- 3ª semana: novamente treino de competências parentais
- 4ª semana: novamente treino de competências educacionais
- E assim sucessivamente.

A duração será semelhante ao calendário escolar dos educandos sendo que no final de cada período se irá realizar a avaliação desta tarefa; a avaliação consiste em realizar uma atividade de *role-play* e focus grupo em que os Encarregados de Educação demonstram os conhecimentos que adquiriram ao longo do período.

## Anexo 17

### Cronograma de Atividades

#### Tarefa 5

Nesta tarefa teremos que organizar grupos, consoante o número de pessoas participantes e segundo a sua categoria profissional, porque cada formação será orientada para professores, operacionais e técnicos, tendo também pontos em comum.

Assim sendo, temos 90 Professores, 26 Operacionais e 8 Técnicos.

No que concerne aos Professores, estes estarão divididos em 6 grupos de 16 pessoas.

Os Operacionais estarão divididos em 2 grupos de 13 pessoas.

Por fim, haverá um único grupo de Técnicos, tendo 8 pessoas.

Os grupos serão:

- Do grupo 1 ao 6 - **Professores**;
- Do grupo 7 e 8 – **Operacionais**;
- O grupo 9 – **Técnicos**.

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
1h30 de duração	G1	G3	G5	G7	G9
1h30 de duração	G2	G4	G6	G8	

Os horários em que as formações serão administradas serão definidos em função do horário de que será atribuído a todos os visados.



## ERRATA

Na página xi, na 1ª linha, onde se lê “Critérios de Diagnóstico de Transtorno de Personalidade Anti-Social”, deve ler-se “Critérios de Diagnóstico de Transtorno de Personalidade Anti-Social”.

Na página 13, no 5º parágrafo, na 4ª linha, onde se lê “(...) operacionais. Membros da associação de pais (...)”, deve ler-se “(...) operacionais, membros da associação de pais (...)”.

Na página 16, no 1º parágrafo, na 4ª linha, onde se lê “(...) e também dos acontecimentos (...)”, deve ler-se “(...) e também aos acontecimentos (...)”.

Na página 17, no 2º parágrafo, na 4ª linha, onde se lê “(...) as classes mais altas (...)”, deve ler-se “(...) as classes sociais mais altas (...)”.

Na página 18, no 2º parágrafo, na 3ª linha, onde se lê “(...) e esses (...)”, deve ler-se “(...) e essas (...)”.

Na página 18, no 2º parágrafo, na 13ª linha, onde se lê “(...) o controlo social é eficaz a autoridade (...)”, deve ler-se “(...) o controlo social é eficaz se a autoridade (...)”.

Na página 20, no 3º parágrafo, 6ª linha, onde se lê “ (...) correspondente ao ato que tenciona cometer, a quantidade (...)”, deve ler-se “(...) correspondente ao ato que tenciona cometer; a quantidade (...)”.

Na página 27, 3º parágrafo, na 5ª linha, onde se lê “(...) que a comunidade tenha uma atitude tenha uma atitude intolerante (...)”, deve ler-se “(...) que a comunidade tenha uma atitude intolerante (...)”.

Na página 31, no 1º parágrafo, na 7ª linha onde se lê “(...) capítulo VIII). é igualmente importante (...)”, deve ler-se “(...) capítulo VIII). É igualmente importante (...)”.

Na página 33, no 1º parágrafo, na 1ª linha, onde se lê “(...) ver Anexo II (...)”, deve ler-se “(...) ver Anexo 2 (...)”.

Na página 37, no 5º parágrafo, na 4ª linha, onde se lê “(...) clarificar alguns aspetos e dar a conhecer aos jovens da Escola E.B. 2, 3 Doutor Augusto César Pires de Lima, no Porto, cujo intuito foi dar a conhecer a instituição PM (...)”, deve ler-se “(...) clarificar alguns aspetos e dar a conhecer aos jovens da Escola E.B. 2, 3 Doutor Augusto César Pires de Lima, no Porto, a instituição PM (...)”.

Na página 43, no 5º parágrafo, na 10ª linha, onde se lê “Existem um programa (...)”, deve ler-se “Existe um programa (...)”.

Na página 47, no 1º parágrafo, na 2ª linha, onde se lê “(...) e também é esperado que fazem uso (...)”, deve ler-se “(...) e também é esperado que façam uso (...)”.